



Paula Cristina Lopes Gouveia

UNASUL

Integração regional para a afirmação num mundo multipolar

Coimbra 2014

• U C •



UNIVERSIDADE DE COIMBRA



• U • C •

FEUC FACULDADE DE ECONOMIA
UNIVERSIDADE DE COIMBRA

Paula Cristina Lopes Gouveia

UNASUL

**Integração regional para a afirmação num mundo
multipolar**

Disertação de Mestrado em Relações Internacionais na especialidade de
Estudos de Paz e Segurança, apresentada à Faculdade de Economia da
Universidade de Coimbra para obtenção do grau de Mestre

Orientador: José Manuel Pureza

Coimbra 2014

Imagem de capa disponível em

<http://eldesconcierto.cl/que-pasa-con-unasur/>

AGRADECIMENTOS

À minha família, especialmente aos meus pais e à minha irmã por todo o apoio prestado sem o qual esta dissertação de mestrado não seria possível.

À professora doutora Elsa Echner pela valiosa orientação durante o primeiro semestre do seminário de acompanhamento que nos mostrou que a tese é como um treino de ginásio intensivo e integral em que se tem de trabalhar todas as partes do corpo ao mesmo tempo.

Ao professor doutor Augusto Rogério Leitão por toda a generosidade em partilhar um pouco do seu imenso manancial de conhecimento comigo, por elucidar-me quando tinha dúvidas e pelos conselhos no que se referiu ao meu tema e conteúdo geral deste trabalho.

À professora doutora Carmen Mendes por todo o rigor, disciplina e esclarecimentos no que se refere à Metodologia e forma da tese e por nos ter acompanhado no segundo semestre do seminário de acompanhamento com tanta competência, estimulando o nosso desempenho e despertando o melhor de cada um.

Ao professor doutor José Manuel Pureza por toda a ajuda como orientador na recta final da minha tese que com as suas revisões atentas garantiu que esta tese se tornasse melhor, aprimorando a sua qualidade.

A todos os professores do meu Mestrado em Relações Internacionais para além dos supra-mencionados Licínia Simões, Maria Raquel Freire, Daniela Nascimento e Teresa Cravo.

Por último mas não menos importante aos meus colegas de Mestrado em Relações Internacionais em particular Tiago Vales, Joana Pereira, Maria Caçada e Carla Morais pela amizade e pelas preciosas contribuições para esta dissertação. A todos o meu bem-haja.

RESUMO

A integração assume sobretudo a partir do século passado o centro das preocupações sul-americanas. Surgem numerosas tentativas de integração regional como a ALALC, ALADI, a Organização do Tratado de Cooperação Amazónica (OTCEA) e o Grupo do Rio. Em 1991 surge a Mercosul com um foco sobretudo económico e de convergência de mercados.

A formação da CASA (Comunidade Andina Sul-Americana) em 2004 marca a primeira vez que se tentou construir uma identidade e cidadania sul-americanas, desenvolvendo um espaço regional integrado. Em 2008 a organização muda de nome para UNASUL (União das Nações Sul-Americanas) tendo 12 países membros: Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Equador, Guiana, Paraguai, Peru, Suriname, Uruguai e Venezuela.

Sob a lente construtivista vamos analisar de que forma única a UNASUL se está a impor historicamente com a América do Sul a tomar as rédeas do seu futuro na política, economia e sociedade. Se esta afirmação é possível é porque a UNASUL, ao contrário de mecanismos antecessores de integração procura que o crescimento económico esteja aliado a desenvolvimento social. Como tal as prioridades da UNASUL são a redução das assimetrias, avanço cultural, melhoria da qualidade de vida e outras questões humanas.

O objectivo último da UNASUL é contribuir para o fortalecimento da América Latina como uma unidade que é mais do que a soma das partes, foca-se na região da América do Sul como um todo e procura resolver os problemas minimizando interferências externas, com uma noção de autonomia, dignidade e harmonia.

Conceitos-chave: Integração; identidade; cidadania

ABSTRACT

Integration has been mainly from the last century onwards the central focus of the south american concerns. Many attempts of regional integration have rose such as ALALC, ALADI, Organization of the Amazon Cooperation Treaty (OTCEA) and Rio Group. In 1991 MERCOSUL is created with a focus mainly on economy and in convergence of the markets.

The formation of CASA (South American Andean Community) in 2004 marks the first time it's tried to build a South American identity and citizenship, developing an integrated regional space. In 2008 the organization changes name to UNASUL (Union of South American Nations), having 12 member states: Argentina Bolivia, Brazil, Chile, Colombia, Equator, Guyana, Paraguay, Peru, Suriname, Uruguay e Venezuela.

Under the constructivist lens we re going to analyze in which unique way UNASUL is historically imposing itself, with South America taking the reigns of its future in politics, economy and society. If this affirmation is possible is because UNASUL, unlike previous mechanisms of integration looks for economical growth coupled with social development. As such, the priorities of UNASUL are to reduce asymmetries, cultural advancement, make a better quality of life and other human questions.

The ultimate goal of UNASUL is to contribute to the strength of Latin American as a unity that is more than the sum of its parts; it is to focus on the South American region as a whole that tries to solve problems minimizing external interferences, with a notion of autonomy, dignity and harmony.

Key words: Integration; identity; citizenship

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

ALADI	Associação Latina Americana de Integração
ALBA	Aliança Bolivariana para os Povos da Nossa América
ALCA	Área de Livre Comércio para as Américas
ALCSA	Área de Livre Comércio Sul Americano
CAN	Comunidade Andina das Nações
CASA	Comunidade Sul Americana das Nações
CDS	Conselho de Defesa Sul Americano
CELAC	Comunidade dos Estados Latino-americanos e das Caraíbas
CEPAL	Comissão Económica para a América Latina Central
COSIPLAN	Conselho Sul-Americano de Infra-estrutura e Planejamento
CP	Consenso do Pacífico
FARC	Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia
GATT	Acordo Geral de Tarifas e Comércio
IFI	Instituições Financeiras Internacionais
IRSA	Iniciativa de Integração de Infra-estruturas na América do Sul
OEA	Organização de Estados Americanos
ONU	Organização das Nações Unidas
MERCOSUL	Mercado Comum do Sul

MCCA	Mercado Comum Centro-americano
MUD	Mesa da Unidade Democrática
PDVSA	Petróleos da Venezuela S.A
RPC	República Popular da China
TIAR	Tratado Interacional de Assistência Recíproca
TLC	Tratado de Livre Comércio
UE	União Europeia
AP	Aliança do Pacífico
UNASUL	União das Nações Sul-Americanas

INDÍCE

INTRODUÇÃO	1
CAPITULO I – ENQUADRAMENTO TEÓRICO: UMA AMÉRICA DO SUL SOCIALMENTE CONSTRUÍDA	5
CAPÍTULO II – ANTECEDENTES HISTÓRICOS DA UNASUL	17
CAPÍTULO III – UNASUL : DEFINIÇÃO, PROJECTOS E PERSPECTIVAS	27
3.1 POLÍTICA	37
3.2 ECONOMIA	38
3.3 SOCIEDADE	39
3.4 CONSELHO ENERGÉTICO SUL AMERICANO (CES)	40
3.5 CONSELHO DE DEFESA SUL- AMERICANO (CDS)	42
3.6 CONSELHO DE SAÚDE SUL-AMERICANO	45
3.7 CONSELHO SUL-AMERICANO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL (CSDS)	47
3.8 CONSELHO SUL AMERICANO DE EDUCAÇÃO	47
3.8 NOÇÃO DE CIDADANIA E IDENTIDADE SUL-AMERICANA	48
CAPITULO IV – RELAÇÕES INTERESTATAIS E EXTERIORES DA UNASUL	54
4.1 RELAÇÕES COM A OEA (ORGANIZAÇÃO DE ESTADOS AMERICANOS)	57
4.2 CRISE NAS HONDURAS	59
4.3 A ALBA (ALIANÇA BOLIVARIANA PARA OS POVOS DA NOSSA AMÉRICA)	60
4.4 RELAÇÕES COM O MERCOSUL (MERCADO COMUM DO SUL)	61
4.5 CELAC (COMUNIDADE DE ESTADOS LATINO-AMERICANOS E DAS CARAÍBAS) ..	62
4.6 RELAÇÕES COM A UNIÃO EUROPEIA	64
4.7 RELAÇÃO COM OS ESTADOS UNIDOS	65
4.8 RELAÇÕES COM O IRÃO	67
4.9 RELAÇÃO COM O MÉXICO	68
4.10 RELAÇÕES COM A CHINA	70
4.11 FÓRUM DO ARCO DO PACÍFICO LATINO-AMERICANO	71
4.12 SISMOS NO CHILE	73
4.13 AGENDA DE TRABALHOS NA COLÔMBIA	74
4.14 CRISE NA VENEZUELA	75
CONCLUSÃO	78

REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS-----83

BIBLIOGRAFIA-----83

INTRODUÇÃO

O tema desta tese é "UNASUL: integração regional para a afirmação num mundo multipolar". A UNASUL (União das Nações Sul-Americanas) é uma organização de integração regional que foi criada em 2008 na América do Sul num contexto muito *sui generis*. A minha pergunta de partida é de que forma a UNASUL é um bloco de integração único no subcontinente sul-americano distinto de outros blocos de integração. A minha hipótese é que se a UNASUL se afirma na conjuntura regional com especificidades próprias é porque dá primazia a questões políticas, económicas, sociais, culturais e humanas em detrimento do aspecto comercial.

O meu argumento é que a UNASUL visa aumentar os exemplos de solidariedade regional e promover um desenvolvimento que é distinto de apenas um crescimento percentual no PIB mas pressupõe a luta contra a pobreza, o desenvolvimento autónomico, com respeito pela integridade dos povos originários e uma noção de dignidade.

Ao longo do trabalho apresento os antecedentes históricos, os programas e planos em curso na Agenda Prioritária e debruço-me sobre as questões mais prementes: saúde, defesa, economia, ambiente, desenvolvimento social, entre outros. No quarto capítulo vou caracterizar a relação da UNASUL com outros organismos e potências nomeadamente, os Estados Unidos, a União Europeia, Irão e a China. A intenção será apurar de que modo estes blocos têm influenciado a UNASUL, exercido pressões ou ajudado a concretização de alguns dos seus objectivos.

A minha revisão bibliográfica inicia-se com a leitura do Atlas Universal Volume 3 América onde recolhi a maior parte dos dados geo-estratégicos desta tese. Outro dos textos imprescindíveis a esta tese foi "Regionalismo e integração na América do Sul de hoje: veículo para um desenvolvimento equitativo e de promoção

de uma governação ética da globalização” de Augusto Rogério Leitão. O texto aborda a criação de mecanismos de integração (clubes, grémios, cúpulas, alianças) que passa pelos chefes de estado numa *praxis* apelidada de diplomacia presidencial. O autor ressalta que a fragmentação típica dos períodos de transição e da redução da pressão estratégica dos Estados Unidos sob a América Latina tem contribuído para um cenário de nova concertação nas Américas, em que os países sul-americanos unidos decidem o seu futuro num modo emancipatório. Seguiu-se o Tratado Constitutivo da UNASUL, apresentado em Brasília a 23 de Maio de 2008.

Destaco ainda “El regionalismo ‘pos-liberal’ en America Latina y el Caribe: Nuevos actores, nuevos temas, nuevos desafios” Anuario Integração” (vários autores) que traça um quadro histórico e detalhado da integração desde as primeiras iniciativas em meados do século XX até à actualidade.

“Health diplomacy and South-South cooperation: the experiences of UNASUR Salud and CPLP’s Strategic Plan for Cooperation In Health” de Paulo Marchiori Buss foi uma leitura que me mostrou os resultados animadores atingidos no sector da saúde. “Comunidade de Segurança na América do Sul? A UNASUL” de Andréa Benetti Carvalho de Oliveira e Danielly Silva Ramos Becard e “America del Sur actores globales Miami 2013” de Michel Coral ajudou-me a perceber as relações UNASUL com as potências estrangeiras. Outro dos textos que realço é “A América do Sul em mundo multipolar. A UNASUL é a alternativa?” de Andrés Serbín que expõe as dificuldades e desafios do processo de integração. Em último lugar saliento “UNASUL: A maturidade da América do Sul na construção de um mundo multipolar” de António José Ferreira Simões que aborda a UNASUL como uma organização que rompeu com um modelo histórico e é um reservatório de experiências acumuladas de integração, de que tem beneficiado desde a sua criação.

O contributo especial do meu trabalho consiste em fazer um levantamento de dados e de fontes documentais de uma organização da América do Sul que, apesar de ainda ser de criação recente, tem um imenso potencial pela sua dimensão territorial,

pelos seus recursos minerais, fontes de energia e pela extensa população que abrange.

O enquadramento teórico é apresentado no Capítulo I. A lente teórica utilizada será o construtivismo, com uma abordagem aos conceitos de supranacionalismo e novo regionalismo a sedimentar-se na América do Sul. Pode considerar-se que região do chamado Cone Sul tem sido socialmente construída uma vez que todas as tentativas de integração regional partiram da vontade dos seus chefes de estado, inserindo-se assim numa lógica presidencialista. Em todo o caso, estamos a falar de um modelo de governação em múltiplos níveis que em muitos aspectos é ainda uma incógnita. Uma vez que a América do Sul depende em grande parte dos seus chefes de Estado não é possível pensar a UNASUL sem implicar um compromisso político que não deve ser subestimado. Como tal, o futuro da UNASUL está dependente dos resultados das próximas eleições nos 12 países membros.

No II capítulo analiso os principais antecessores da UNASUL: ALCSA (Área de Livre Comércio Sul Americano), CAN (Comunidade Andina das Nações), MERCOSUL, (Mercado Comum do Sul), ALADI (Associação Latina Americana de Integração) e CASA (Comunidade Sul Americana das Nações).

No capítulo III “UNASUL: definição, projectos e perspectivas” falo da constituição da UNASUL em Brasília no ano de 2008 e os principais desafios que enfrenta enquanto organismo de decisão, de união de povos, convergência de interesses e de interação que afirme a América Latina como região de relevo e como potência mundial.

O capítulo IV trata das relações da UNASUL inter estatais e com a União Europeia, Estados Unidos, Irão e China. Neste último caso são marcadas pela cooperação e complementaridade comercial e ao mesmo tempo pela competição, assistindo-se ao avanço das economias asiáticas.

Alguns consideram que a UNASUL é o primeiro bloco político regional a procurar um equilíbrio de poder face ao domínio dos Estados Unidos. Para além de ser a mais recente das tentativas de integração latino-americanas, a UNASUL visa, em linhas gerais, dar impulso à integração regional em questões como saúde, energia, infra-estruturas, ambiente, segurança, democracia, entre outras.

A UNASUL enquanto bloco organizado de países da América Latina é considerada um sinal das transformações profundas vividas no continente americano e sentidas pelo resto do mundo. Dessa nova ordem mundial global, tem grande preponderância o declínio da hegemonia dos Estados Unidos da América e a afirmação de novos grupos de integração regional, a fazerem ouvir a sua voz no meio da cacofonia notória das Relações Internacionais desta época.

CAPITULO I – ENQUADRAMENTO TEÓRICO: UMA AMÉRICA DO SUL SOCIALMENTE CONSTRUÍDA

Na escola inglesa de Relações Internacionais, uma abordagem predominantemente progressiva caracterizou os trabalhos académicos sobre o construtivismo. Não existe nada que preveja o realismo ou outros construtivismos liberais, apesar do construtivismo não ter ameaçado estas perspectivas. Ao mesmo tempo, a perspectiva histórica do construtivismo dificultaria a neutralidade das outras teorias de mostrarem uma perspectiva forte, uma vez que todas as teorias são artefactos culturais com uma finalidade própria (Cox, 1986).

Este trabalho foca-se na integração regional sul americana, mais especificamente dos países do Cone Sul, porção inferior da América do Sul semelhante a um triângulo escaleno. A nível teórico identifiquei três conceitos que considero relevantes: supranacionalismo, construtivismo e novo regionalismo ou regionalismo aberto.

O conceito de supranacionalismo começa a aparecer a partir do final da Guerra Fria (1945-1991) e é fruto das grandes transformações mundiais, novas características e tendências. O supranacionalismo ultrapassa os conceitos de país ou nação, tem a ver com a construção de “super-estados” que rompem com as fronteiras territoriais, culturais e étnicas. O supranacionalismo também pode entender-se de um ponto de vista económico. Num mundo cada vez mais globalizado, empresas e actores financeiros ocupam espaços de poder distintos do nosso planeta e os Estados-nação perdem força e independência.

O mercado e o capital, entidades abstractas sem fronteiras ou territórios, tornam-se nas grandes protagonistas da sociedade actual. Em suma, fala-se de supranacionalismo quando um estado se constitui para ser um super-estado a nível continental e trabalha em nome de um projecto partilhado com várias nações.

Se a UNASUL é um organismo em que vigoram as linhas gerais do supranacionalismo, no seu funcionamento considero vital aplicar o construtivismo formulado por Alexander Wendt e Emanuel Adler. Este modo de análise defende em linhas gerais que o conhecimento científico em Relações Internacionais não é estático mas objecto de permanentes mutações, interpretações e reformulações (1992:59).

A posição ética desenvolvida nas implicações ontológicas do construtivismo é contingente e aberta ao desafio empírico. Para muitos construtivistas, as evidências empíricas pesam rigorosamente e requerem uma metodologia de trabalho alternativa. A maleabilidade do mundo, em que tudo parece ser possível, revela a necessidade de humildade numa ética construtivista. O progresso moral não vai resolver facilmente os problemas, apenas criar novos dilemas éticos. Como tal, tem que existir sensibilidade ao contexto histórico e cultural que nos faça ter consciência que os padrões porque nos guiamos no dia de hoje podem não ser os mesmos porque nos guiaremos no futuro. (Cochran, 2008: 298).

O construtivismo social enquanto programa de pesquisa mostra que normas morais e éticas têm importância nas políticas mundiais. A sua agenda mostra compromissos éticos do nível mais básico misturados com um compromisso explícito com questões éticas que possam sublinhar as contribuições potenciais do construtivismo em abordar desafios éticos globais (Hurd, 2008: 317).

Ao defender que questões morais podem produzir mudança nas políticas mundiais, Prince (2003) puxou a agenda construtivista para uma segunda geração de trabalho que, com uma metodologia crítica e comparativa pede explicações para determinar a relevância da informação. Este é um trabalho para além das fronteiras das políticas comparativas e das relações internacionais. Exige mecanismos de variação em articulação com normas sistémicas (encontro de culturas, instituições, interesses domésticos e preferências). O construtivismo social abriu um espaço para questionar a mudança moral no estudo e prática das Relações Internacionais. Estas posições estão muitas vezes mais implícitas do que defendidas abertamente e

encontram-se ausentes da maior parte da literatura da área. O construtivismo dá primazia à dimensão social e com ela às percepções e interpretações do indivíduo, em detrimento de uma teoria científica unitária fixa e de racionalismo materialista.

Apesar da escola construtivista ter tentado demonstrar a existência e importância de normas intersubjectivas e sistémicas não há nada no construtivismo que delimite os valores comunitários dos cosmopolitas. Esta teoria concorda relativamente a temas que são consensuais, como o caso do massacre no Ruanda ou o Apartheid. No entanto, em questões mais intrincadas, como as intervenções humanitárias da ONU, o construtivismo posiciona-se de forma algo indefinida e vaga entre o cepticismo e a utopia.

Adler (2002) defende que ao passarmos a nossa interpretação do mundo para realidade, materializamos esse conhecimento e podemos mudar intencionalmente o rumo de acordo com entendimentos colectivos.

Por outras palavras, o conhecimento é em simultâneo um recurso que as pessoas usam na vida de todos os dias para a construção da realidade social e das teorias, conceitos, significados e símbolos que os cientistas usam para interpretar a realidade social (*Idem* 2002).

Desta forma, pressupõe-se que a realidade é socialmente construída e que existe uma interacção entre objectos da natureza, que é classificada e transformada através da acção humana.

Em comum os construtivistas têm três premissas fundamentais: negam a ideia de anarquia internacional, postulam que a identidade é formada cognitivamente e a linguagem, para além de ter uma base teórica, fundamenta a acção. É necessário verificar o apelo normativo da ética do construtivismo. Para fazer face às críticas tem de haver normatização teórica, central ao discurso prático e intelectual em Relações Internacionais. Por vezes, a normatização teórica é voltada para o fundo das agendas internacionais assim como a teoria política e a filosofia, o que coloca amplas questões morais. (Hurd, 2008: 317).

O construtivismo pode considerar-se agnóstico, sendo igualmente compatível com posições solidaristas ou pluralistas e com a densidade das regras da sociedade internacional. Consiste numa abordagem, num método, numa ontologia e teoria social, sem ser uma teoria substancial e de amplitude normativa em Relações Internacionais. O construtivismo guarda em si conceitos chave para outras teorias políticas, que implicam inevitavelmente compromissos normativos.

Ao tornar central o estudo das normas morais, o construtivismo professa que a resolução de um dilema moral genuíno só é possível com o triunfo de uma visão moral substantiva de políticas sobre outras. Os processos de construção social têm uma natureza viável que se pode basear no conflito e na cooperação, contendo possibilidades contínuas de mudança. Por sua vez, o discurso é fundamental para apurar os significados e estruturas da linguagem (Cochran, 2008: 300).

Há um fosso entre a camada liberal e cosmopolita do construtivismo e as versões mais cépticas da teoria crítica, feminismo e relações internacionais pós-estruturais, que tendem a privilegiar relações de domínio ao abrigo destes projectos.

No caso concreto da criação da UNASUL (União das Nações Sul-Americanas) em 2008 fez-se um paralelismo histórico com o sonho de Simon Bolívar (1783-1830), herói da independência da América Latina e um grande defensor da integração dos países da região, que esteve na origem da Grande Colômbia. Esta era composta por territórios da actual Colômbia, Venezuela, Panamá e Equador, presididos por Bolívar depois das guerras de libertação do século XIX (BBC Brasil, 2010).

No discurso de abertura da III Cúpula dos chefes de Estado da América do Sul, o ex-presidente do Brasil Lula da Silva aludiu ao novo papel da América Latina como actor global de relevo.

Nós criamos mais do que Bolívar quando bradou a criação da Grande Colômbia: criámos a grande nação sul-americana. Uma América do Sul unida mexerá com o tabuleiro do poder no mundo. Nossa América do Sul não será

mais um mero conceito geográfico. A partir de hoje é uma realidade política, económica e global, com funcionalidade própria (Folha de São Paulo, 2008).

A ideia da UNASUL como um exemplo de bolivarianismo actualizado descarta os países da América Central e o México, com laços mais estreitos com a América do Norte. A racionalidade e narrativa da UNASUL são baseadas nas metas de autonomia regional nos campos de economia, política, segurança e desenvolvimento, que lhe conferem legitimidade. A organização é vista como uma versão dos tempos modernos das tradições ideais de interação latino-americana, adaptada às pressões contemporâneas de globalização e um dos instrumentos de construção de um mundo verdadeiramente multipolar (Serbín, 2012:80).

Na narrativa particular de alguns sectores de esquerda na América Latina, neoliberalismo e globalização são sinónimos. Ambos fazem germinar a noção da ameaça do imperialismo ou da intervenção estrangeira.

O regionalismo aberto e outras políticas neoliberais são parte da ideologia do globalismo e podem enfraquecer as capacidades do Estado Nação de promover o desenvolvimento. Esta visão crítica implica estratégias multilaterais e regionalistas defensivas, baseadas no retorno de um Estado forte e eficiente, com grupos regionais fortes para equilibrar a sua relação com os Estados Unidos e as instituições financeiras internacionais. O regionalismo e a integração regional estão sendo definidos numa estratégia de apoio ao ideal nacionalista de um “Estado em desenvolvimento”. Nesta visão pós liberal do regionalismo, não existe contradição entre nacionalismo e regionalismo, sendo que em outras ópticas são fontes de tensão e dilemas. (Serbín, 2012: 82).

De acordo com o Dictionary Reference a integração pode definir-se como o acto ou instância de se tornar num inteiro integral. Numa segunda definição é o acto ou instância de integrar um grupo racial, religioso ou étnico. Por último, integração define-se como o acto ou instância de integrar uma organização, local de trabalho, escola, etc.

Para compreender inteiramente a cooperação regional, a criação de instituições e de políticas sociais e de que forma os modelos de políticas de actuação intra-regionais se sobrepõem, revela-se preemente elaborar uma nova síntese do conceito de regionalização. Esta reestruturação seria conduzida por diferentes configurações de actores estatais e não estatais e de regionalismos enquanto manifestações identitárias de práticas distintas e de interacções com a comunidade regional

Enquanto conceito o regionalismo data dos inícios de 1990 e reflecte o grau de interacções políticas, económicas e sociais numa determinada área comparativamente a outras.

O regionalismo define a posição de uma região particular em termos de coesão regional e pode ser visto como um processo histórico a longo prazo, mudando ao longo dos tempos desde a coerção, à construção de impérios e nações à cooperação voluntária (Hettne e Sodernaum, 2000: Hettne 1993, 20008).

O regionalismo é comumente descrito em cinco níveis referentes às componentes territoriais, de sistema social, sociedade internacional, sociedade civil transnacional e capacidade de actuação. Primeiramente, o espaço regional é visto enquanto área geográfica com barreiras naturais, físicas. A região constitui-se como sistema social quando os seus habitantes humanos edificam algum tipo de relação translocal que resulta numa mudança demográfica ou em tecnologias de transporte. O terceiro nível de regionalismo, o de sociedade internacional, implica um conjunto de regras que torna as relações interestatais menos previsíveis, anárquicas e violentas e, logicamente mais pacíficas. A sociedade pode ser organizada (*de jure*) ou mais espontânea (*de facto*). No caso de uma cooperação institucionalizada, a região é constituída por vários membros da organização regional. Na sua dimensão comunitária, a região toma forma quando um quadro de análise organizacional facilita e promove a comunicação social e da convergência de valores, normas e comportamentos pela região. Pode-se falar de um surgimento de confiança social no foro institucional que consolida a emergência de uma sociedade civil transnacional. O quinto e último nível de regionalismo é a política institucionalizada, com uma

estrutura mais fixa e permanente na tomada de decisões, que vai permitir à região ter uma capacidade de actuação mais forte como actor global.

Longe de ter uma meta narrativa coerente de transformação unânime e ruptura, o regionalismo latino-americano passou por tentativas múltiplas e parciais de mudança a combinarem motivações e iniciativas políticas do passado com novas respostas políticas para os actuais desafios da economia política.

O termo região tem pelo menos quatro sentidos: geográfico, económico, sócio-cultural e político. De acordo com a área de actuação no mecanismo abordado, os esforços de integração podem assumir diferentes vertentes.

Nos anos 90, a integração latino-americana inicia uma nova etapa inspirada pelas estratégias do novo regionalismo. Reactivaram-se os processos de integração centro-americano, andino e carinhenho. Estas políticas de abertura correspondem ao que se entende por regionalismo aberto, em vigor no período 1990-2005 como uma etapa ou ciclo coerente na integração regional. A região debate-se com a conveniência, racionalidade, objectivos e conteúdos da integração económica e do regionalismo como estratégia política.

A região apresenta uma maior autonomia no conjunto do sistema internacional e frente aos Estados Unidos sendo afectada por questões como estratégias de desenvolvimento e modalidades de inserção internacional.

Dá-se uma proliferação de acordos de integração «sul-norte» com os Estados Unidos, União Europeia (UE), com maior importância dos países emergentes da Ásia que se convertem em mercados de exportação mais dinâmicos para a região. Emerge uma agenda que valoriza mais as dimensões sociais políticas e de segurança, a políticas comuns em campos como a energia e infraestrutura e desvaloriza o destaque dado à liberalização comercial do regionalismo aberto.

Há países que optam por estratégias mais abertas e flexíveis, baseadas numa rede de acordos de livre comércio sul-sul e sul-norte que para além de se dirigirem

aos mercados tradicionais dos Estados Unidos também fortalecem a ligação aos mercados asiáticos.

Com a UNASUL, em particular, o regionalismo latino-americano está a redefinir-se no subcontinente sul-americano, face às tradicionais referências simbólicas latino-americanas, que abarcam toda a região e os actuais marcos subregionais, centro-americano, andino e do Cone Sul. Como construção política, a América do Sul apresenta-se como um novo marco de referência regional tanto a nível dos efeitos de relações regionais assim como o resto do mundo (Sanahuja, 2012: 88)

Nas últimas décadas, o regionalismo configurou-se como uma das dinâmicas mais importantes do sistema internacional. Baseia-se em acordos de integração económica, regional ou subregional e também se estende à coordenação e concertação de políticas em campos não económicos.

O novo regionalismo responde em grande medida ao novo cenário definido pelo fim da guerra fria e aos processos de globalização, que o apresentam como uma estratégia para melhorar a integração internacional num mundo triádico, regionalizado e globalizado por três áreas económicas dominantes: Europa, América do Norte e Ásia Oriental.

O novo regionalismo pretende criar capacidades de regulação para fazer frente aos desafios económicos, de governação e de regionalização mas ao mesmo tempo contribui para aprofundar ambos os processos, baseando-se em políticas de libertação económica intra-regional com uma baixa protecção externa do denominado regionalismo objecto. Em Março de 1990, a América Latina defendeu um mapa de integração que se manteve durante mais de quinze anos. A maioria das estratégias regionalistas partem da proximidade geográfica da história e socio-cultura ou interesses partilhados. Estabeleceu-se o Sistema de Integração Sul-Americano (SICA), a partir do Mercado Comum Centro-americano (MCCA), o Pacto Andino foi reactivado e redefinido com a CAN). Estes grupos conseguiram avanços importantes.

No entanto, após estas conquistas iniciais, a integração começa a estagnar. A crise na integração parece responder a causas mais complexas e profundas enraizadas nos processos económicos e políticos, nas instituições, a opções externas e visões em disputa, que surgem nas discrepâncias ideológicas que atravessam a região. O regionalismo aberto como estratégia de integração esgota-se tratando-se de um modelo muito exigente que ia para além da mera liberalização comercial e englobava políticas comuns em vários âmbitos como a convergência macroeconómica, o tratamento das assimetrias e os efeitos dinâmicos com transformação produtiva e melhoria da competitividade internacional. Também supunha a criação de um marco institucional e normativo eficaz, seja intergovernamental ou supranacional.

A estratégia do regionalismo aberto aplicou-se em primeiro lugar de forma parcial e selectiva. Colocou-se mais ênfase na chamada integração negativa (a liberação comercial intragrupo) do que na integração positiva, centrada nas políticas comuns e na construção de instituições. A evolução do comércio intraregional coloca um foco as conquistas e limitações do regionalismo aberto.

No caso europeu os avanços da integração europeia podem ser substanciais se existir supranacionalidade, o que não tem sido o caso. A opção intergovernamental explica as dificuldades da agenda da «integração positiva». A liberalização comercial não pode substituir políticas de desenvolvimento efectivo. A integração tem grande potencial em campos como a infra-estrutura física, as políticas de ciência e tecnologia, inovação e desenvolvimento produtivo, regional ou energético.

A crise do MERCOSUL é explicada em parte pelas grandes assimetrias de tamanho, poder e riqueza. Há uma certa margem de manobra na política nacional e de defesa dos interesses nacionais frente aos países vizinhos. (Serbín, 2012: 92).

A história das relações de vizinhança nem sempre é harmoniosa. O último factor para redesenhar as políticas é a ampliação das opções extraregionais e os dilemas que traz para as estratégias internacionais da região. Diferentemente do que

aconteceu nos anos 90, a América Latina confrontou-se com um mundo de opções múltiplas.

A dispersão do regionalismo debilita a coesão interna da integração e impede o aprofundamento já que supõe compromissos extraregionais que às vezes são contraditórios. Apesar da crise da integração latino-americana ser anterior e distinta dos acordos sul-norte, a proliferação destes últimos desde 2000 tem contribuído para agravar. A solução é fazer acordos comerciais com países mais avançados como marco básico para a sua inserção regional ou esta tornará-se-á irrelevante.

A curto prazo, os distintos grupos regionais têm de adaptar e harmonizar as suas normas relativamente a esses acordos, o que também deverá facilitar a sua convergência. Para que a integração seja possível é preciso que seja positiva, ou seja, voltada para políticas comuns, comunicações, energia, ciência e tecnologia, apoio à competitividade e transformação produtiva.

Uma nova levada de propostas de redefinição do regionalismo e integração apontam a uma reformulação do regionalismo e integração tais como: primazia da agenda política e menor atenção à agenda económica e comercial, retorno da agenda de desenvolvimento e maior preocupação pelas dimensões sociais e assimetrias a nível de desenvolvimento, vinculação entre a integração regional e redução da pobreza e desigualdade num contexto político de maior justiça social.

As tensões entre nacionalismo e regionalismo não são novas na região mas o neonacionalismo que caracteriza o novo ciclo político planta de novo dilemas difíceis de extrair para a construção de instituições e marcos regionais efectivos. Com esses dilemas observam-se novas propostas de integração que são recorrentes na região.

A integração regional define-se como estratégia ao serviço desse Estado em desenvolvimento e não como instrumento para gerir a globalização, melhorar a sua governação e a posição de cada país nesse processo partindo de uma visão mais equilibrada.

O retorno do Estado é visto como um mecanismo defensivo face à globalização e às suas consequências negativas, como a crise económica de 2008-2009.

Várias propostas de transcender o modelo de regionalismo aberto foram feitas e apelidadas de pós-liberais. Nenhuma delas pode ser considerada uma tentativa de integração no sentido clássico do termo. O momento que actualmente vivemos pode ser caracterizado como um período de transição, sem modelos claros, uma maior politização das agendas e consequentemente, mais dificuldade em gerar consensos. Por um lado temos a integração no espaço norte-americano com o México e os países centro-americanos baseada no Tratado de Livre Comércio (TLC).

Por outro lado, temos a área sul-americana liderada pelo Brasil que enfrenta sérios obstáculos devido às limitações de liderança, à rigidez da sua base económica e do MERCOSUL para permitir estratégias individuais mais orientadas para a Ásia e as dificuldades do projecto ideológico da Aliança Bolivariana para os Povos da Nossa América (ALBA). A ALBA assinala um novo mapa estratégico e a busca de uma maior autonomia na política externa. O projecto bolivariano de política exterior pretende primeiramente construir uma nova geopolítica internacional, baseada num mundo multipolar face aos Estados Unidos.

Em segundo lugar, pretende-se construir um bloco de poder sul-americano, baseado no princípio de soberania, capaz de estabelecer relações sul-sul com a África e Ásia. Para que este propósito seja conseguido importa fazer da Venezuela uma potência energética mundial e articular iniciativas de integração de energia com outros países da região. Em terceiro lugar, para criar esse bloco de poder pretende-se promover uma integração alternativa que transcenda a concepção neoliberal ou mercantil da integração funcional dos interesses das burguesias nacionais e empresas transnacionais. Essa integração alternativa promoverá o comércio justo, eliminando as assimetrias e buscando o equilíbrio das partes envolvidas.

Entre os anos de 2000 e 2008, a integração sul-americana passou por um período de adensamento institucional e relacional. Dá-se uma renovação do quadro de ideias que culminam com uma nova fase da integração regional pela reinvenção do conceito de América do Sul. A construção da América do Sul deriva da redefinição de um conceito utilizado no discurso e na prática diplomática brasileira, amparada em elementos de alteridade como latino-americanidade, hegemonia, liderança e hispanidade. (Galvão 2008: 10)

O Cone Sul traz efervescência para o campo das Relações Internacionais desde a vertente política e histórica até aos parâmetros teóricos e de negociação e não pode ser entendido fora do contexto mais alargado da América Latina. O conceito de América do Sul como uma categoria actualizada das Relações Internacionais está vinculado à consolidação da sua entidade geográfica com uma dinâmica própria a nível internacional.

De acordo com Albuquerque (1997) a América do Sul é antes de mais um acidente geográfico, mais palpável que a noção de América Latina, alicerçada até agora mais numa percepção intelectual do que numa unidade real. São valorizadas a diversidade e especificidades de cada região sul-americana, uma heterogeneidade que segundo Rapoport (2002) ajuda a suportar a homogeneidade do mundo globalizado.

A América do Sul possui traços e características que a distinguem da região denominada de América Latina, sendo benéfico o seu enfoque específico e mais estruturado numa série de temas essenciais para fortalecer a integração regional. A América do Sul seria a única forma de assegurar aos países da região a sua autonomia nacional na vasta onda de globalização.

América Latina e América do Sul são imagens diferenciadoras, criadas e projectadas na interação entre o interno e o internacional. Não tem de existir o abandono de uma tradição pela outra mas sim referenciais intelectuais que se co-constroem e vão adensar as suas dimensões de actuação internacional.

CAPÍTULO II – ANTECEDENTES HISTÓRICOS DA UNASUL

A América Latina, apesar de ser uma zona de Estados independentes desde o século XIX, sente-se identificada com as aspirações de independência económica dos antigos povos coloniais e deseja também uma independência política real diante das pressões diplomáticas e intervenções políticas e militares directas de Inglaterra, sobretudo até 1930 e dos Estados Unidos, particularmente depois da II Guerra (TV Brasil Internacional EBC, Programa Conexão Brasil- UNASUL,11/06/2012).

O mundo está em constante mudança. Depois da Guerra Fria a ordem mundial foi alterada com o 11 de Setembro e a invasão do Iraque sem aprovação da ONU. Em 2008 testemunhámos uma grave crise global a nível financeiro, energético e alimentar com consequências estruturais sobre o sistema internacional.

Para entender o significado histórico da UNASUL é preciso ter em conta que as relações entre os países da América do Sul sempre primaram pela desconfiança mútua que até aos dias de hoje se mantem.

A América do Sul constitui um espaço geográfico regional dotada de uma identidade particular e um multipolarismo em termos de poder relativo e de visões do mundo. No século XIX a América Latina esteve sob o governo de Espanha e iniciou o processo de independência dos territórios, com o objectivo de romper com a metrópole que detinha o monopólio dos mercados. Esta revolta teve o apoio da Inglaterra que visava vender os seus produtos industrializados. A doutrina Monroe instituída pelos Estados Unidos sob o lema “A América para os americanos” consolidou a independência latino americana ao ajudar na guerra da libertação dos criolos (descendentes de espanhóis nascidos na América). Entre 1817 e 1825 deu-se a revolução vitoriosa que libertou a maioria dos países latino-americanos, começando pela Venezuela e depois para o Peru e mais a Sul, com o chamado Exército dos Antas liderado por Simon Bolívar (que tem o apelido de O Libertador) e José de San Martín. “Embora acabassem com o pacto colonial e obtivessem a sua liberdade política, os novos Estados latinos assumiram uma nova forma de dependência económica, agora com os interesses do desenvolvimento capitalista, sobretudo o

inglês, fornecendo matérias-primas à Inglaterra e consumindo os seus produtos manufacturados.” (Atlas Universal Expresso Volume 3 America).

Desde os movimentos de independência no século XIX, a América hispânica fragmentou-se em muitos Estados, formando-se um modelo de relações políticas económicas do tipo arquipélago com cada unidade em relativo isolamento da outra, articulando-se com potências externas como a Europa, o Reino Unido e os EUA a partir do século XX. O Brasil manteve-se num relacionamento cordial mas de certo distanciamento das novas repúblicas espanholas, numa linha de separação política que em muito marcou a relação de Portugal com Espanha. O Brasil recém-independente, um Império formado por herdeiros da monarquia portuguesa, contrastava com a visão dominante nas Américas, o que esteve na origem de desconfianças mútuas profundas. O padrão de distanciamento perdurou até sensivelmente os anos 1950 (Simões, 2008: 267).

A integração económica refere-se especificamente à região denominada Cone Sul que na altura acabava de sair de um período ditatorial e revelava a necessidade de reorientar as economias para o mundo exterior numa fase de globalização em expansão.

A nível geográfico, o Cone Sul é composto pelas áreas mais a sudoeste da América do Sul, a sul do Trópico de Capricórnio, limitado a sul pela junção entre o Oceano Pacífico e Atlântico, sendo a área continental mais próxima da Antártida (a 100 km). Uma parte significativa do Cone Sul é abrangida pelos desertos de Atacama, (o sítio mais seco na Terra), Monte e Patagónia. No que se refere aos indicadores sociais, esta região caracteriza-se por uma alta expectativa média de vida, por ter o Índice de Desenvolvimento Humano mais elevado da América Latina e por uma participação cada vez mais significativa nos mercados globais e na economia emergente dos seus membros. Estas características fazem dele a macro-região mais próspera da América do Sul. Genericamente, considera-se que a região tem uma boa qualidade de vida. Porém, as assimetrias e desigualdades salariais continuam a revelar-se um problema notório a resolver. Nos Andes há pouca terra

arável e cada pedaço disponível é utilizado. Os agricultores fazem socalcos nas colinas e semeiam culturas de acordo com o clima, que é mais quente e húmido nas zonas mais baixas perto da costa, tornando-se mais gelado à medida que se sobe. Em grande parte dos territórios da América do Sul, a maior parte da população é composta por uma mistura de imigrantes europeus e de povos índios nativos. Nas zonas costeiras a maior parte da população é negra, descendente directa de escravos que ali vieram trabalhar nas plantações de açúcar e permanecem nos estratos mais pobres da sociedade. (Atlas Universal Expresso Volume 3 America).

O Cone Sul é um subsistema internacional diferenciado, com lógicas e dinâmicas próprias, determinadas por uma história partilhada e por uma geografia em que as distâncias físicas (sobretudo as políticas e económicas) se encurtaram. O factor energético, entre outros, acentuou a mútua dependência dos países deste espaço regional, contribuindo para a sua diferenciação.

É importante distinguir o espaço sul-americano do latino-americano que abarca ainda o México, América Central e países das Caraíbas. Como subsistema político e económico internacional, a América do Sul está cada vez mais inserida em múltiplos subsistemas (sejam de base geográfica ou sectorial como é o caso dos alimentos e energia), que se podem identificar no plano latino-americano e no hemisférico, assim como no interregional e no global.

O espaço geográfico da América do Sul é entendido como uma região governável em que o respeito pela soberania das nações que a constituem precisa de se harmonizar com os amplos objectivos da integração regional .

A região sul-americana vive actualmente as consequências naturais inerentes aos momentos de mudança profunda, fruto das grandes transformações que se estão a operar no sistema internacional, tanto no plano da segurança como no da competência económica global. “Este é um mundo de areias movediças em que por um lado, a lógica da violência revisita modalidades inéditas difíceis de captar com paradigmas do passado e, por outro, a competência dos mercados mundiais está a

modificar-se pela proliferação de novos protagonistas, quer sejam grandes economias emergentes ou complexas redes transacionais de produção, comércio e financiamento”. (Peña, 2010: 27). Num mundo em mudança seria ilusório pretender que a região não viva também as suas próprias transformações, como já ocorreu diversas vezes no passado.

Não é recente no pensamento latino-americano a noção de que os seus países formam um espaço em termos políticos, económicos e culturais das demais regiões do globo, com a necessidade de se formar um espaço unificado, seja na forma de uma federação de Estados ou na forma de um bloco político. O efeito do processo de colonização sob os países latino-americanos no sentido da perpetuação da relação desigual entre os países outrora entendidos como metrópole e colónia torna premente um projecto conjunto para superar a condição de dependência. (Oliveira e Salgado, 2014: 1).

A integração latino-americana foi atrasada durante décadas por diversas razões que vão desde rivalidades políticas, existência do pan-americanismo, falta de convergência económica e inexistência de conexão física entre os países.

Foram feitos esforços de aproximação regional progressivamente a partir dos anos 1950 perante um contexto internacional rígido, pouco receptivo às demandas de desenvolvimento da região latino-americana. Criaram-se duas iniciativas de integração. A primeira, sob a liderança do Brasil, para renovar acordos tarifários existentes entre Brasil, Argentina, Uruguai, Paraguai e Chile que precisavam de ser adaptados após a criação do Acordo Geral de Tarifas e Comércio (GATT). A segunda inspirava-se na Comissão Económica para a América Latina Central (CEPAL) criada pelo Conselho Económico e Social das Nações Unidas e procurava criar um mercado comum entre os países andinos. As duas iniciativas fundiram-se e criou-se a Alalc (Associação Latino-Americana de Livre Comércio) em Fevereiro de 1960 pelo Tratado de Montevideu, que incluía Argentina, Brasil, Chile, México, Paraguai, Peru e Uruguai.

Previa-se a criação de uma zona de livre comércio em 12 anos, com o fim de criar um mercado comum regional. Colômbia e Equador ingressaram mais tarde na organização.

As limitações para o desenvolvimento do bloco a médio prazo eram grandes. A taxa de comércio entre os países da região era pequena, tendo passado de 6% antes da criação do Alalc para 10%. As economias do bloco não eram complementares, antes competiam entre si pelos mesmos mercados e quando houve concessão das principais economias do bloco para as menores não havia produtos para serem comercializados. O fluxo comercial estava todo voltado para os dois grandes pólos económicos: Estados Unidos e União Europeia. Todos estes factores contribuíram para que a Alalc fosse mal-sucedida.

Nos anos de 1980 foi substituída pela ALADI, que lhe deu continuidade. Apesar de ser mais flexível, o mecanismo nunca chegou a afectar de forma decisiva no aprofundamento da integração. Foi no entanto muito útil para estabelecer um quadro jurídico para potenciar o aproveitamento de complementariedades económicas. Foi instrumental na formação nos anos 1960 da Comunidade Andina. O Pacto Andino foi constituído em 1969 através do Acordo de Cartagena e já foi composto por Venezuela, Bolívia, Peru, Equador e Colômbia. O objectivo geral deste bloco era permitir o aprofundar da integração entre os países com maior grau de simetria. O estágio actual da integração andina, que tem forma na Comunidade Andina, é de aparente desintegração, com a saída da Venezuela e assinatura de acordos de livre-comércio do Peru e Colômbia com os EUA.

Em 1983 forma-se o Grupo da Contadora composto por Venezuela, Colômbia, Panamá e México, como resposta à política intervencionalista norte-americana na América Central e o Grupo de Apoio à Contadora (1985) composto por Argentina, Brasil, Peru e Uruguai. Estas duas instâncias juntam-se para formar em 1986 o Grupo do Rio. Em 1987 já se tinha dado a assinatura do Tratado de Cooperação Amazónica (Oliveira e Salgado, 2014: 4).

Com a aproximação Brasil-Argentina, nos governos de Sarney e Alfonsín criaram-se as condições necessárias para a criação da MERCOSUL (Mercado Comum do Sul) em 1991 no Tratado de Assunção. A aproximação em termos comerciais saldou-se em duas esferas isoladas: a Comunidade Andina e o MERCOSUL. As relações entre os países dos dois blocos não conseguiam criar uma realidade de integração efectiva como no caso da União Europeia. A América do Sul estava desintegrada nos planos político, energético, social, ambiental, etc (Simões, 2008: 269). A MERCOSUL constituída em 1991 por quatro países, tinha influência dos processos de redemocratização, da aproximação entre Brasil e Argentina e das características neoliberais próprios dos governos nacionais. Apesar de se encontrar actualmente estagnada, a MERCOSUL mantém-se um eixo relevante de integração regional (Oliveira e Salgado, 2014: 1).

A MERCOSUL ficou marcada pelo forte carácter liberal presente na região na década de 1990, fruto de reinstauração de governos democráticos e da aplicação das ideias vindas do Consenso de Washington. Representou uma redução das tensões entre Brasil e Argentina provocadas por incertezas causadas por pretensões de liderança e disputas pela instável região da Bacia de Prata.

Com o desequilíbrio económico mundial e a retomada das democracias na América do Sul houve movimentos para integrar nesta região, numa tentativa de reduzir a inflação. Brasil e Argentina firmaram acordos como a Declaração de Iguazu em 1985 e o Tratado de Integração, Cooperação e Desenvolvimento em 1988 que já previa a formação de um mercado comum no prazo de uma década.

Em 1990 foi assinada a Ata de Buenos Aires. Brasil e Argentina estavam a aproximar-se bastante e considera-se que a entrada dos seus países vizinhos menores, Uruguai e Paraguai iria beneficiar o equilíbrio e a estabilidade da região, com democracias ainda frágeis. Já em 1991 é assinado o Tratado de Assunção, apresentado como um Acordo de Complementação Económica no âmbito da ALADI, pelo qual a partir de 1994 entraria em vigor uma união aduaneira que lançaria as bases para o mercado comum.

De vocação fortemente comercial o MERCOSUL contribuiu para a interacção do Brasil e Argentina, Paraguai e Uruguai. Pode dividir-se em três momentos: o período de transição (1991-1994) caracterizado pelo aumento de fluxos e de interdependência entre os países formadores do bloco; a era dos mercados (1994-1998) iniciando-se com a aplicação do Plano Real e aumentando os fluxos intrarregionais e a chamada Brasil-dependência por parte da Argentina.

Apesar do MERCOSUL ter trazido benefícios económicos para os seus países membros durante pelo menos nos sete primeiros anos, o andamento do bloco foi prejudicado pelo ambiente externo e interno.

Nas fortes assimetrias entre grandes economias e menores formam-se dois grupos distintos: os comercialistas e os desenvolvimentistas. Os comercialistas buscavam na MERCOSUL apenas a expansão do mercado consumidor para as suas empresas. Os desenvolvimentistas viam no bloco um instrumento capaz de incentivar o seu desenvolvimento (Oliveira e Salgado, 2014: 8).

A integração latino-americana pressupõe unidade e autonomia. Dentro de outras tentativas de integração é de salientar a ALBA . Destaca-se ainda a Resolução AG ONU- América do Sul como Zona de Paz (2002) criada em 1986 por iniciativa do Brasil e que resultou na resolução 41/11 da Assembleia Geral das Nações Unidas, que promove a cooperação regional e a manutenção da paz e segurança na região. Foi dada atenção a questões de prevenção geográfica, da proliferação de armas nucleares e de redução militar, chegando mesmo a projectar-se a sua eliminação total. Os países membros têm de buscar formas de integração e colaboração regional tais como cooperação económica, comercial, científica e técnica, política e diplomática.

Através desta zona de cooperação, são abertas portas para aproximação de blocos localizados parcialmente nessa área, permitindo o estreitamento de relações

entre o MERCOSUL na América do Sul e a Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral localizado nessa porção do continente africano.

Inaugura-se um processo de produção de uma agenda sul-americana mais abrangente e profunda no que toca a temas de segurança e relações internacionais. Há um primeiro momento de adequação com as determinações para o hemisfério e um segundo momento em há uma ruptura e tomada de posições distintas.

Em 1993 dá-se a proposta brasileira de uma Área de Livre Comércio Sul Americana (ALCSA). Não foi uma organização regional mas o resultado de uma série de acordos de livre comércio bilaterais e multilaterais no seio da ALADI.

Sob a liderança do Brasil, a integração regional assume novos contornos geográficos, privilegiando a perspectiva sul-americana em detrimento da latino-americana.

Nestes processos acima mencionados adquiriu-se conhecimento e experiência essenciais para distinguir, pelo menos no plano regional, a teoria, os projectos e a concretizações em matéria de integração económica. As concretizações têm de ser sempre interpretadas à luz do que é possível e não necessariamente do que seria desejável ou recomendável de um ponto de vista teórico.

Países em desenvolvimento como o Brasil e Argentina estão sujeitos aos princípios de globalização liberal-capitalista, imposta internamente pelo Consenso de Washington, Instituições Financeiras Internacionais (IFI) assim como países doadores-credores como os EUA e a União Europeia. (Leitão, 2011: 4).

A integração continental não é uma ideia nova mas nessa roupagem e com as ideias e pessoas envolvidas no seu processo de construção, o eixo sobre o qual essa integração se dava mudou. O protagonismo do governo brasileiro modificou a geografia das negociações internacionais e consolidou um novo espaço de fala. (Serbín, 2012: 3)

A relação do Brasil com a Argentina vem desde a expansão comercial e marítima dos séculos XV e XVI, que levou à colonização dos territórios vizinhos tendo sido aproveitada em associações ou tida como rivalidade pelo protagonismo do continente. O Brasil faz fronteira com quase todos os países da América do Sul à excepção do Equador e Chile. A disposição de fronteiras do Brasil com a Argentina, com ligação terrestre pelo Rio de Prata assim como o facto de terem semelhanças a nível territorial, económico e populacional contribui para essa estreita relação. (Serbín, 2012: 13).

A relação com os EUA dá-se de forma intensa mas em formato de dependência ou colonialismo económico moderado. A importância dos outros países para os EUA gera o fortalecimento da sua economia e poder mundial. (Peña, 2012: 15). A Doutrina Monroe de 1823, estabelecia uma relação unilateral liderada pelos Estados Unidos. O restante do continente era descrito como área de interesse e influência directa. As acções dos EUA tiveram impacto nas relações entre Brasil e Argentina. Após a segunda guerra mundial instituiu-se a Organização de Estados Americanos (OEA) com sede em Washington.

Para exercer o papel de actor de destaque na segurança regional, o Brasil configurou na tradicional arquitectura hemisférica uma instância regional baseada tanto na OEA como no Tratado Interacional de Assistência Recíproca (TIAR), dois organismos que outorgam aos Estados Unidos um papel chave. Na maior parte dos casos os EUA são parte interna nos conflitos da região, como na Colômbia e Equador. O Brasil considera que os EUA são fonte de instabilidade e não parte da solução dos problemas. Como tal, o Brasil vê-se na posição de árbitro regional, procurando acordo regionais, sem a participação dos EUA, o que encara como uma maior probabilidade de conseguir resolver conflitos de forma pacífica. Por seu lado, os EUA vêem o Brasil como um país-âncora que reconheceu o seu papel nessa associação estratégica. As políticas da OEA e TIAR suscitam, no geral desconfiança (Sanahuja, 2010: 112).

A iniciativa para criar segurança na região teve de vincular-se à proposta de Chavez de criar uma Organização de Tratado de Atlântico Sul (OTAS). O Brasil centrou-se em questões de defesa e fez por compatibilizar as suas práticas e medidas com o governo de Chavez, dando às suas propostas uma dimensão mais regional e sul-americana. Incorporou-as na sua estratégia de liderança regional e ao promover consensos viáveis com outros países contribuiu para polir as arestas dos aspectos mais radicais do chavismo. Os objectivos eram reduzir gradualmente a influência política e militar dos Estados Unidos na região mantendo ao mesmo tempo relações cordiais, colocar o Brasil como um país moderado, na posição de mediador e de interlocutor dos actores externos da região. (Sanahuja, 2010: 112).

Quando o MERCOSUL entra em crise revela-se uma grande vontade por parte dos seus membros de fortalecer a integração sul-americana e foram pensados mecanismos para relançar o MERCOSUL como a criação do Parlamento Sul em 2006 e do Fundo de Convergência Estrutural e Fortalecimento Institucional da MERCOSUL, o FOCEM, em 2004. Com estas objectivas visava-se ampliar a coesão interregional de modo que as assimetrias existentes entre os seus membros se atenuassem com o passar dos anos.

A UNASUL (União das Nações Sul-Americanas) que surgiria em 2008 está relacionada ao contexto da primeira década do século XXI e é uma iniciativa de coesão política regional que não substituiu a MERCOSUL mas antes a complementa.

MERCOSUL e UNASUL são dois mecanismos regionais que resultam de esforços de cooperação e integração regional desenvolvidos em diferentes etapas da evolução política e económica regional, com modelos de maior ou menor grau de institucionalização. Têm de ser avaliados à luz da evolução do regionalismo sul-americano, sob a qual a MERCOSUL perdeu vitalidade e o futuro da UNASUL se desenha promissor.

CAPÍTULO III – UNASUL : DEFINIÇÃO, PROJECTOS E PERSPECTIVAS

Estou convencida que este é o passo mais sólido nesse processo de integração e que possamos em breve na virada da década estar aqui comemorando o bicentenário do Brasil, em 7 de Setembro de 2022, em que possa entregar esse pacote de obras que unirão a América do Sul e que lhe darão um novo mapa; uma nova “forma” ao nosso continente (María Emma Mejía; Secretária- Geral da UNASUL Integração da América do Sul , TV Brasil, 12/06/2012).

A UNASUL surgiu no advento do século XXI, precedida por numerosas tentativas de integração regional. No virar do milénio, as negociações para a integração da América do Sul agilizam-se e ganham um novo dinamismo, devido em grande parte aos inúmeros esforços da política externa do Brasil. A configuração de uma política externa em relação à América do Sul passou a revestir-se de uma dimensão político-estratégica, cujo primeiro marco foi a realização da I Cúpula dos Presidentes Sul-americanos, em Brasília, em Setembro de 2000, presidida por Fernando Henrique Cardoso. Os objectivos de integração reafirmam-se na II Cúpula Sul Americana celebrada em Guayaquí (Equador) a 26 e 27 de Julho de 2002. É de realçar a assinatura de declaração de Guayaquil, documento com o objectivo de impulsionar a integração na região. Na III Cimeira de Presidentes da América do Sul, em Dezembro de 2004 é instituída a CASA, focada na criação de uma zona de livre comércio e em fortalecer os projectos de integração física, energética e de comunicações na região sul-americana. (Leitão, 2011: 1-11).

O papel do Brasil e do seu ministro de Relações Exteriores Celso Amorim reveste-se de importância fundamental para a criação da UNASUL.

Ao tomar posse no ano de 2003, o Presidente do Brasil Lula da Silva explicou sinteticamente a sua política externa nos tempos vindouros:

A grande prioridade durante o meu Governo será a construção de uma América do Sul politicamente estável, próspera e unida, com base em ideais democráticos e de justiça social (Versiani, 2008:1).

A criação da UNASUL foi antecida de muitos esforços e de algumas cedências mútuas para que a organização se tornasse possível. A reunião de 2005 iniciada a 30 de Setembro foi muito tensa. Presidentes de quatro países (Colômbia, Guiana, Suriname e Uruguai) não estiveram presentes. Nestor Kircher, presidente da Argentina veio ao Brasil mas não compareceu à Cúpula. Vários países mandaram representantes. Brasil e Venezuela discordavam sobre a função do organismo e a sua efectividade e só no ano seguinte é que assinaram uma Declaração Conjunta.

A declaração tem quatro pontos: o primeiro a nível ideológico aborda as assimetrias entre países e continentes como consequência da fraqueza do multilateralismo e com o desenvolvimento das economias a sentir os efeitos da globalização. Contém ainda um Plano Estratégico para o Aprofundamento da Integração Sul-Americana. A UNASUL deveria acabar com a marginalização económica, social e política para criar oportunidades de crescimento (Nafastaki, 2010: 99).

O texto salienta que a UNASUL é um novo modelo de interação, com identidade própria, pluralista, que reconhece as distintas concepções políticas e ideológicas que correspondem à pluralidade democrática dos países.

Durante a I Cúpula Energética na Ilha Margarita, a 17 de Abril de 2007, a CASA é rebaptizada com o nome de UNASUL. Os ministros de Relações Exteriores ficam então encarregados de elaborar o Tratado Constitutivo da organização a ser apresentado aos presidentes dos estados membros (Sanahuja, 2012: 39).

A UNASUL enquanto união intergovernamental integra duas organizações já existentes: o MERCOSUL e a CAN. No seu Tratado assinado a 23 de Maio de 2008 em Brasília, estabeleceu-se a sede em Quito (Equador), o Parlamento Sul Americano em Cochabamba (Bolívia) e o Banco do Sul a ser localizado em Caracas (Venezuela). As línguas oficiais da UNASUL são quatro: português, espanhol, holandês e inglês. (UNASUL, 2014).

A UNASUL é composta por doze estados sul-americanos: Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Equador, Guiana, Paraguai, Peru, Suriname, Uruguai e Venezuela. Esta organização inaugura uma fase sem precedentes nas relações internacionais na América do Sul. Não obstante, ainda gera desconfianças devido à sua imprecisão conceptual (Simões, 2008: 261).

No que concerne à integração regional destacaram-se duas lideranças que espelhavam visões distintas. De um lado, encontrava-se Hugo Chavez, com um olhar estratégico e militar. Do outro, uma diplomacia cautelosa alicerçada no desenvolvimento económico e comercial impulsionada pelo Brasil. (Serbin, 2009: 5).

Todas as numerosas alianças e coligações explicitadas no capítulo anterior, antecederam a fundação da UNASUL, que só logrou tornar-se realidade, em parte, devido a um baixar da pressão geo-estratégica dos Estados Unidos na América Central e do Sul.

A partir de finais de 2001, a América Latina, e muito especialmente a América do Sul deixa de ocupar um lugar proeminente na agenda dos EUA, focados na guerra contra o terrorismo após o 11 de Setembro e contra os Estados considerados “párias”, daí constatar-se um aliviar da pressão de Washington em relação aos países da América do Sul, com excepção da Colômbia. (Leitão, 2011).

A mudança no foco prioritário na agenda política dos EUA foi propícia a que a América do Sul procurasse novas dinâmicas de integração, a fim de conquistar a sua autonomia no chamado “concerto das Américas” (Coral, 2013).

A criação do UNASUL convergem interesses de todos os membros e pode dar ao Brasil mercados ampliados para as suas manufacturas, acesso a fontes de energia e a gás em particular. Estamos pois perante um processo de definição da política exterior e das opções internacionais do Brasil.

Para o Chile, a UNASUL pode ser um marco para atenuar o potencial de instabilidade, amenizar as suas tensões com a Bolívia e Argentina e resolver os seus problemas de segurança energética e de acesso ao gás sul-americano. Para a Bolívia, a UNASUL pode proporcionar um mercado estável para as suas exportações de gás e firmar uma relação bilateral com o Chile. O Peru vê reforçado o seu papel como porta do Pacífico e a sua estratégia de inserção internacional «radical» orientada aos países asiáticos e à integração energética através da UNASUL, criando um importante mercado para as exportações de gás. A Venezuela considera a UNASUL como uma oportunidade para desenvolver a sua estratégia energética frente à América do Sul. Actores regionais como Equador, Uruguai e Paraguai melhoraram a sua inserção internacional através deste grupo. A UNASUL pode contribuir para melhorar a estabilidade e a governação democrática, propiciar as condições para desenvolver uma agenda renovada para a integração e converter a identidade sul-americana num activo para esse objectivo. (Oliveira e Salgado, 2014: 15).

Apesar das dificuldades, o processo de institucionalização da UNASUL continuou a avançar. O facto de a CAN e a MERCOSUL não aparecerem associadas à UNASUL são uma prova da falta de consenso sobre o papel na formação de um espaço económico sul-americano. Os membros da UNASUL visam um diálogo político permanente e concertado. A UNASUL não é um grupo comercial e orientar-se-á preferencialmente nos campos político, social, ambiental e de segurança. Há necessidade de dar à UNASUL uma dimensão política mais acentuada e um instrumento de políticas de desenvolvimento mais inclusivas (Nafalski, 2010: 106).

Na III Cúpula Sul-americana a UNASUL adquire uma clara vocação política, inspirada na UE, baseada numa identidade comum e de valores partilhados. A CASA constitui-se a partir de três pilares. Em primeiro lugar destaca-se a concertação e coordenação das políticas exteriores com o propósito de afirmar a América do Sul como grupo regional nas relações internacionais. O segundo componente é a convergência do CAN, MERCOSUL, Chile, Guiana e Suriname na ALCSA. O terceiro é a integração física, energética e de comunicações na América

do Sul, intensificando a cooperação numa vasta gama de matérias e a participação do empresariado e da sociedade civil. De facto, desde o seu início, a UNASUL concentrou-se em projectos de infra-estrutura, através da IRSA (Iniciativa de Integração de Infra-estruturas na América do Sul), lançada em 2000 na I Cimeira da América do Sul. (Sanahuja, 2012: 44).

A IRSA faz parte de um projecto ambicioso de integração a nível de infra-estruturas e energia em todo o continente. Representa uma visão que, em muitos aspectos, concilia concepções de mercado estabelecidas nos modelos de integração dos anos 90 e uma tradição estruturalista, que reconhece o Estado como um papel fundamental na promoção do desenvolvimento económico (Riggirozzi, 2012: 144).

A UNASUL concentra ainda toda a sua atenção para o desenvolvimento de um conjunto de políticas e pesquisa na área de ciência e tecnologia. A IRSA foi rebaptizada para Conselho Sul-Americano de Infra-estrutura e Planeamento (COSIPLAN) que herdou mais de 500 obras em carteira, das quais 31 foram seleccionadas para integrarem a agenda prioritária baseadas em três áreas: transportes, logística e comunicação. O COSIPLAN tem a missão de encurtar distâncias, facilitar o acesso à informação e a novas tecnologias. Serve-se da ajuda financeira dos organismos internacionais e das receitas dos países-membros para executar projectos de vanguarda, no intuito de reduzir as disparidades económicas e sociais da região.

A construção de hidrovias, ferrovias, gasodutos e estradas são alguns dos maiores projectos de integração da COSIPLAN.. Estas obras devem estar concluídas até 2022. Esta data é de especial importância uma vez que o Brasil celebrará nessa altura 200 anos de independência. (TV Brasil Internacional EBC, 2012).

Entre as obras que integram a agenda prioritária da UNASUL realça-se a construção da ferrovia entre Brasil, Paraguai, Argentina e Chile e a rodovia entre Argentina, Brasil e Paraguai para melhorar a navegabilidade dos rios dos cinco países que formam a Bacia de Prata: Brasil, Uruguai, Bolívia, Paraguai e Argentina.

No sector das tecnologias, um dos projetos mais importantes é a implementação de um anel óptico de banda larga para ligar, com mais agilidade e segurança, os países da América do Sul. Uma das inovações nesta área tem a ver com a transferência de dados entre Brasil e Chile, que actualmente se faz através de um servidor nos Estados Unidos. Com um anel ótico, as informações circularão entre as redes locais, aumentando a velocidade e tornando os custos de transmissão mais baratos. Para além disso, a América Latina está já a produzir aviões de velocidade supersónica, helicópteros, submarinos nucleares, fragatas, tanques e comboios de alta velocidade.

Os doze países da UNASUL têm milhares de milhas de fronteiras terrestres partilhadas, cobrem 10.99 milhões de metros quadrados e estendem-se por uma longa parcela do continente do Equador à Antártida, abrangendo a totalidade da floresta Amazónica, a maior e mais bem preservada do planeta. A região tem cerca de 385 milhões de habitantes, sendo tocada tanto pelo Oceano Atlântico como pelo Pacífico. Para além disso, os Estados membros da UNASUL têm as maiores reservas de água doce do planeta e vastas extensões de terra apropriadas para a agricultura e criação de gado. (Buss e Ferreira; 2010: 105). (TV Brasil, 2012).

Na UNASUL, mais do que identidade e discurso sul-americanos pode-se falar de uma redefinição da narrativa de união latino-americana que se identifica com este processo de integração. As metas de autonomia regional na economia, política, segurança e desenvolvimento que fortalecem a legitimidade narrativa da UNASUL, convertem-na numa versão actualizada dos ideais de integração. (Sanahuja, 2012: 35)

Na reunião em Cochabamba em Dezembro de 2006 chegou-se ao acordo de colocar a pedra fundamental no processo de integração sul-americano assinalando o seu maior objectivo que é favorecer um desenvolvimento mais equitativo, harmónico e integral da região sul-americana. Numa primeira etapa estão em foco quatro aspectos: a superação das assimetrias, o novo contrato social sul-americano, a integração energética e a infra-estrutura para a interconexão (Peña, 2010: 47).

Alguns Estados têm desempenhado um papel importante relativamente à integração regional e inter-estatal nesta região que resulta não só de uma tradição hoje renovada de um soberanismo popular mas também de diplomacia presidencial. A UNASUL visa ultrapassar as divergências naturais e inerentes aos países sul-americanos para basear-se em princípios e valores partilhados que possam convergir em interesses comuns, tornando a região mais autónoma e assente no “bien vivir”. (Leitão, 2011: 3).

O chamado “bien vivir” é uma das máximas da UNASUL que pretende exercer um impulso vigoroso para erradicar a pobreza e elevar a qualidade de vida da população a níveis que permitam viver de forma digna, de acordo com a visão dos povos originários. No entanto, corporações internacionais têm desfavorecido este propósito. O princípio de propriedade dos povos e nações sobre os seus recursos naturais é de validade universal. As constituições da UNASUL dão plena vigência jurídica no âmbito de cada um dos doze países. (Araque, 2013: 3)

Podemos identificar na UNASUL uma maior ênfase em aspectos políticos e sociais de integração, que assume novos compromissos de desenvolvimento social, sobretudo pelo meio da organização e intercâmbio de médicos, educadores, técnicos, recursos económicos e financeiros para a implementação de projectos socio-económicos. (Riggirozzi, 2012: 139).

A UNASUL difere de outros blocos de integração regional que deram prioridade a acordos económicos para o processo de integração. De modo inverso, a UNASUL surgiu das discussões políticas sobre uma maior necessidade de compromisso e de convergência de interesses. (Barnabé, 2011: 40).

A organização define-se essencialmente como um arcabouço em que se articulam relações de aproximação e integração entre os países da América do Sul em diversos campos. A integração sul-americana dá-se em torno de áreas estruturantes, sob uma abordagem pragmática. Como tal, identificam-se

oportunidades e acordos apropriados. Porém, nem todas as áreas estruturantes podem avançar à mesma velocidade. (Simões, 2008: 268).

A UNASUL responde a uma visão de multilateralismo em concordância com a ONU e procura ser um novo instrumento de coordenação política entre os países da América do Sul em torno de questões como infra-estruturas, políticas sociais, energia e defesa. Para que tal seja possível tem de solidificar a sua estrutura funcional e vencer as tensões entre os seus Estados membros (Serbin, 2009: 14).

Países em desenvolvimento como o Brasil e Argentina estão sujeitos aos princípios de globalização liberal-capitalista, imposta internamente pelo Consenso de Washington, IFI assim como países doadores-credores como os EUA e a União Europeia. (Leitão, 2011: 4).

Israel Roberto Barnabé (2011: 41) considera que existem três grupos de países dentro da UNASUL. O primeiros, os Transformadores, representados pela Venezuela, Bolívia e Equador, lançam críticas ao neoliberalismo e propõem um foco económico social. Os segundos são os Reformadores que criticam o pan-americanismo mas assumem uma posição menos radical, defendendo um caminho do meio. Mantém alguns aspectos do modelo neoliberal mas complementam-no com projectos de desenvolvimento social. Este grupo é formado por Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai. A Chile faz parte dos Modernizadores, mantém acordos bilaterais e trilaterais principalmente com os Estados Unidos e relega a integração para segundo plano. Colômbia e Peru estão alinhados com os Estados Unidos. A Guiana e o Suriname têm na UNASUL a primeira oportunidade de envolvimento activo na América do Sul.

As forças motoras da integração potenciam-se ao falar de países contíguos que compartilham um passado comum que de certa forma se sonha construir, como é o exemplo da Pátria Bolivariana. Têm no plano formal uma vocação de permanência, um carácter voluntário que difere de experiências de integração hegemónica, em que um dos estados exerce domínio sobre os demais para além das suas preferências. O

caminho para a integração é por vezes sinuoso, feito de avanços e retrocessos, que é importante saber gerir. Cada estado membro confia no compromisso dos demais e busca garantias de trabalho conjunto. A distribuição de poder é multipolar, sem haver um membro que aglutine os restantes (Peña, 2010: 29).

De acordo com Ali Rodríguez Araque, secretário-geral da UNASUL, os recursos naturais e humanos são o ponto forte da região e precisam de ser aproveitados racionalmente. Como tal, as matérias-primas devem ser transformadas internamente com impacto mínimo a nível ambiental. A transformação industrial requer o desenvolvimento científico e tecnológico, com formação de profissionais especializados. Reforçando estas premissas deu-se a VI Reunião de Chefes de Estado da UNASUL, visando traçar estratégias e planos para explorar os recursos naturais. A UNASUL actua numa região imensa, de mais de 17 milhões de quilómetros quadrados, com uma população de apenas 400 milhões de habitantes, dos quais 100 milhões vivendo em estado de pobreza (Araque, 2013: 2).

Uma política correcta requer um sólido suporte na compreensão das realidades para as quais foi desenhada. A união dos povos numa grande nação é um legado histórico desde o início da civilização americana, com particular força nas novas lideranças e lutas sociais no século XXI. Este era o desejo de heróis da independência da América Latina como San Matín, O'Higgins, Artigas, Simon Bolívar e dos milhares de compatriotas que lutaram e dedicaram a sua vida, não só para libertar as terras do império espanhol mas para espalhar propósitos humanos como a justiça social e a liberdade.

Segundo Alí Rodríguez Araque “A América Latina é uma potência energética e o objectivo é concretizar um tratado energético para a região sul-americana que transcenda os recursos de petróleo e gás com outras fontes de energia alternativa. (UNASUL, 2014).

A conjuntura latino-americana enfrenta uma tendência de constituição de um mundo multipolar, que coloca novos desafios. É importante superar a visão

eurocêntrica e o seu modelo civilizacional para avançar para uma civilização planetária, nas quais se estão a definir as estruturas dos poderes mundiais. (Bruckman, 2013: 6).

Desde a sua criação em 2008 e até 2009 a UNASUL realizou duas cúpulas extraordinárias em Santiago de Chile a 15 de Setembro de 2008 e Costa de Saúpe Bahía no Brasil a 16 de Dezembro. A primeira convocou-se para responder à grave situação na Bolívia e afirmou a UNASUL como mecanismo de gestão de crises frente à OEA, dando um crescendo ao papel da UNASUL na afirmação de maior autonomia da América do Sul frente aos Estados Unidos da América. Na segunda cúpula tratou-se da criação dos conselhos sectoriais: o Conselho de Defesa Sul-Americano (CDS) e o Conselho de Saúde Sul-Americano (UNASUL Saúde). A UNASUL tem sido um importante canal de coordenação política dos países sul-americanos no que concerne às regiões. A sua intervenção na crise institucional da Bolívia foi muito eficaz ao isolar os opositoristas e impedir o estabelecimento de uma guerra civil, consignando legitimidade ao governo. Da mesma forma no golpe de Estado ocorrido nas Honduras a UNASUL actuou como agente intermediário e de diálogo entre os países da região e a Colômbia no caso de serem implementadas bases norte-americanas neste último país. (Oliveira e Salgado, 2014: 10).

A construção de uma cidadania sul americana é uma das prioridades do bloco regional da UNASUL para que os Estados membros possam propor políticas educativas que sirvam como impulso para a criação de políticas a nível sul americano. O Peru está a cargo da coordenação do eixo estratégico sobre qualidade e equidade da Educação, que consiste em cinco dos onze objectivos gerais do plano. Tem a responsabilidade de levar a cabo objectivos sobre o acesso e uso pedagógico das tecnologias de informação e comunicação para melhorar a qualidade educativa em todos os níveis, desenvolver e consolidar políticas de educação e de consciência ambiental comprometidas com o desenvolvimento sustentável. (UNASUL, 2014)

Três aspectos se destacam quando analisamos a UNASUL: política, economia e sociedade.

3.1 POLÍTICA

As cúpulas periódicas da UNASUL pretendem ser um factor de impulso político a acções multimodais que podem concretizar-se com o aproveitamento de múltiplos acordos já existentes. A UNASUL arrisca-se a diluir os compromissos da CAN e MERCOSUL, igualmente necessários para articular o espaço regional e resistir às tendências de fragmentação e conflito (Peña, 2010:37).

A crise política na Bolívia em 2008 e a tentativa do golpe de Estado no Equador a 30 de Setembro de 2010 levaram a que os países da UNASUL decidissem instaurar uma cláusula democrática que não fazia parte do seu Tratado Constitutivo. Esta decisão foi formalizada na Cimeira Sul Americana de Georgetown a 26 de Novembro de 2010 (Sanahuja, 2012: 54).

A ratificação desta cláusula demonstra um compromisso com a democracia, sendo que a cláusula entrou plenamente em vigor a 19 de Março de 2014. O protocolo aplica-se em casos de ruptura ou ameaça da ordem democrática, violação da ordem constitucional ou qualquer outra situação que ponha em risco o legítimo exercício do poder e a vigência dos valores democráticos. Entre as sanções que a UNASUL pode aplicar destaca-se: suspensão da participação nos distintos órgãos de UNASUL, bloqueio parcial ou total das fronteiras e suspensão ou limitação do comércio. Para além destas medidas a UNASUL compromete-se a actuar diplomaticamente para promover o reconhecimento da democracia no país afectado. Dez dos doze países que constituem a UNASUL já aprovaram o protocolo, estando ainda em fase de conversação no processo de ratificação o Brasil e Paraguai. (UNASUL, 2014)

Foi recentemente anunciado que a UNASUL participou do primeiro simulacro eleitoral no Equador, o que contou com os órgãos eleitorais do Peru, Argentina, Paraguai e Urugai bem como o Coordenador Geral da Missão Eleitoral da UNASUL, Dr. Wilfredo Penco. O objectivo desta missão que se deu a 27 de Janeiro

foi prover o funcionamento de contagem rápida e o voto electrónico, medindo a conectividade entre as juntas receptoras de voto e as juntas intermédias de escrutínio. Foram asseguradas garantias aos participantes nos aspectos logísticos, tecnológicos e organizativos. Realizaram-se actividades nas cidades de Quito, Cuenca y Santo Domingo de los Tsáchilas e Guayaquil.

A UNASUL visa participar activamente, de forma profissional e neutral nos processos eleitorais dos seus países membros, promover a integração sul-americana, com o objectivo de converter este bloco numa zona de paz, democracia e inclusão.” (UNASUL, 2014).

3.2 ECONOMIA

A crise económica impulsionou a agenda para uma cooperação momentária e financeira. Surge então a conceptualização do Banco do Sul como uma ambiciosa alternativa ao FMI, Banco Mundial e outros bancos de desenvolvimento neo-liberais que operam na América do Sul como o Banco Interamericano de Desenvolvimento (IDB) e a Cooperação Andina de Fomento (CAF). O Banco do Sul, impulsionado principalmente pela Venezuela e Equador, foi criado com o objectivo de apoiar as balanças de pagamentos dos países membros, financiar projectos de desenvolvimento e possivelmente criar uma moeda regional. Tanto o Banco Mundial como o Banco Interamericano de Desenvolvimento começaram a sinalizar a necessidade de se associarem a novas reformas impulsionadas para a época, políticas de desenvolvimento inclusivas que possam remediar a distribuição desigual de riqueza na região. (Serbin, 2012: 85).

A proposta do Banco do Sul não é apenas o reflexo de uma busca de autonomia na formulação e aplicação de políticas mas também de uma instituição financeira que, a ser bem sucedida, poderia desempenhar um papel importante na política monetária regional. (Riggirozzi, 2012: 143).

3.3 SOCIEDADE

O novo regionalismo promovido na América Latina tem tendência a esquecer-se da dimensão societária da integração e ignora a necessidade de complementar uma dinâmica positiva democrática baseada em partidos e governos eleitos com uma participação activa e envolvimento da sociedade civil, tanto no âmbito nacional como na criação de um espaço e na implementação de políticas regionais. (Serbin, 2012: 87).

Os anteriores modelos de integração regional não tiveram como prioridade impulsionar o desenvolvimento e gerar maior bem-estar, revelando limitações em abordar temas mais sensíveis como a desigualdade na distribuição de benefícios do processo e a redução da pobreza. Para além disso restringiram as mudanças das estruturas produtivas e revelaram-se ineficazes para reduzir a dependência externa. Acredita-se que a sinergia positiva entre novas variantes de intervencionalismo pode trazer mais benefícios que obstáculos (Figuerola, 2012: 198).

A noção de cidadania tem grande importância nos processos de regionalização, com forte ênfase na necessidade de impulsionar uma agenda social nos processos de integração regional por parte dos governos e de agências intergovernamentais, sem dar uma oportunidade a uma real participação e empoderamento cidadão efectivo. A dimensão social emergente nas novas concepções de regionalismo focou-se na introdução de mecanismos de redistribuição social, de regulações regionais sociais e laborais, políticas sectoriais regionais em saúde e educação promovidas por um Estado mais activo e sensibilizado pelos problemas sociais. Só parcialmente se tomaram medidas que promovessem o empoderamento social e uma cidadania que se caracterize por direitos civis, políticos e sociais, exercidos como um direito e não como um privilégio (Serbin, 2012: 85).

A agenda social existente ainda não conseguiu promover suficientemente os bens públicos regionais. A sua preocupação em equilibrar as situações de exclusão não permitiu até à actualidade o desenvolvimento de uma nova visão acerca da

construção de uma cidadania regional, de carácter social e supranacional. A nova conjuntura deixada aberta por governos progressistas pede uma construção de consensos e uma maior participação cidadã no âmbito da construção de uma integração regional e de desenvolvimento de uma cidadania social, firmada na sua consolidação e desenvolvimento. (Serbin, 2012: 86).

Na década de 90 as Cúpulas sociais foram o instrumento privilegiado para gerar espaços de interlocução entre governos, organismos intergovernamentais emergentes, redes e organizações da sociedade civil em torno de temas da agenda social. Existe um marcado défice democrático nos organismos intergovernamentais e dificuldades em obter consensos. Para construir um espaço comum latino-americano é preciso ter em conta o legado ideológico dos elementos cruciais: por um lado uma cultura política de elites que delega e concentra a toma de decisões nas suas mãos, gerando um défice democrático só parcialmente legitimado pelos processos eleitorais. A exclusão política está marcada de desconfiança das elites frente a uma cidadania e pedidos de participação e por outro, a herança do regionalismo aberto de inspiração neoliberal, identificado com o consenso de Washington (Serbin, 2012: 86).

A UNASUL tem vários conselhos com funções próprias na energia, desenvolvimento social, infra-estruturas educação, entre outros.

3.4 CONSELHO ENERGÉTICO SUL AMERICANO (CES)

O CES é um conselho encarregado de considerar instâncias que em matéria energética tenham em comum as nações que conformam a UNASUL. Foi criado a 4 de Março de 2010 na cidade de Los Cardales, Argentina. O ministério responsável é o Ministério do Poder Popular para o Petróleo e Minério. O CES é localizado na Venezuela. (UNASUL, 2014).

A energia é um campo crucial na América do Sul pelo seu impacto e ramificação para outras áreas como as vertentes produtiva, comercial, económica e política. Iniciou-se pela Comunidade Económica do Carvão e do Aço (CECA) criada em 1951. A assinatura da Declaração da Integração Sul Americana na II Cúpula dos Estados Americanos em Cochabamba lançou as bases para ser considerada uma área fundamental da integração regional. A América do Sul possui 20,33% do total mundial de energia hidroeléctrica, produz 9.01% da produção do petróleo e apenas 4.99% do consumo mundial. (Simões, 2008: 264).

Para além de ser exportadora de energia, a América do Sul insere-se no mapa geoestratégico mundial, o que lhe confere oportunidades de integração e de superar os desníveis de desenvolvimento causados por limitações energéticas individuais. A integração na área petrolífera tem como actores centrais duas grandes empresas estatais como a Petrobras e a Petróleos da Venezuela S.A (PDVSA), que são distintas mas complementares. A PDVSA controla grandes reservas de petróleo venezuelanas. A Petrobras tem uma presença internacional mais diversificada e para conduzir o Brasil à auto-suficiência teve de dominar as altas tecnologias, como é exemplo a perfuração em águas profundas. Tem negócios na América do Sul, Argentina, Bolívia, Chile, Colômbia, Equador, Venezuela, Paraguai e Uruguai, entre outros.

O sector do gás, apesar de ter menor envergadura que o de petróleo também traz grandes rendimentos à América do Sul uma vez que possuem uma oferta agregada de 207 trilhões de pés cúbicos (TCF) e o seu consumo é apenas de 104 trilhões. O gás natural encontra-se em reservas de países que não têm mercado para consumi-las mas pode ser consumida por países vizinhos. O mercado brasileiro de gás natural apresenta taxas de crescimento na ordem dos 15% ao ano e a maior parte do gás consumido é para uso industrial (57%). (Simões, 2008: 265-266)

O modelo a ser adoptado no plano regional deve ser flexível o suficiente para permitir a coexistência de diferentes perspectivas de integração energética, inclusive no que diz respeito à participação de empresas privadas ou de economia mista.

No que concerne às infra-estruturas, a UNASUL tem de modificar o seu modelo tradicional voltado para os centros dinâmicos de economia mundial e complementá-lo com o modelo para dentro que vise explorar as possibilidades do continente sul-americano. A América do Sul só se consolidará como espaço económico próprio com a construção de vias de integração para dentro da região, sem prejuízo de ver melhoradas as vias de escoamento para fora da região (Simões, 2008: 268).

3.5 CONSELHO DE DEFESA SUL- AMERICANO (CDS)

O regionalismo pós- liberal que expressa o projecto sul-americano do Brasil é bem visível na proposta da criação do Conselho de Defesa Sul-Americano (CDS), planeada pelo presidente Lula Silva para 4 de Março de 2008. Esta iniciativa lançou-se dias após a Cúpula do Grupo do Rio que abordou a crise diplomática causada pelo ataque das tropas colombianas a um acampamento das Forças Armadas Revolucionárias da Colombia (FARC) três dias antes do comandante das FARC, Raul Reyes ter sido abatido em território equatoriano. (UNASUL, 2014)

Esta iniciativa tinha alcance e conteúdos imprecisos mas afirma-se desde logo como um projecto a longo prazo. É expressão da liderança regional ambicionada pelo Brasil, para o controlo efectivo dos seus 17.000 quilómetros de fronteira face a guerrilhas, narcotraficantes e outras actividades ilícitas. Expressa também a inquietação do Brasil na instabilidade da região andina e a busca de um papel maior como mediador de conflitos que se possam gerar na região. O CDS é parte da sua estratégia como país-emergente. O próprio ex-presidente Lula ligou-se à possibilidade do Brasil ocupar um posto permanente no Conselho de Segurança das Nações Unidas, iniciativa que demonstrou o crescente papel do Brasil em missões internacionais de paz e ao seu papel como único produtor e exportador relevante de armamento na América Latina. Inicativas como esta promovem o desenvolvimento da indústria militar, a cooperação e a integração das empresas do sector na região.

Assim, um dos alicerces principais da UNASUL foi a criação de um CDS que ganhou proeminência nos conflitos territoriais entre Equador e Colômbia. As iniciativas do CDS foram muito importantes para diminuir a interferência dos Estados Unidos no Sul e equilibrar a autoridade de instituições como a OEA (UNASUL, 2014).

O CDS foi instituído na Bahía a 16 de Dezembro de 2008 na Cimeira de Costa de Saúpe. Pretende ser um órgão de diálogo político e cooperação em matéria de defesa, baseada num conceito integrado de segurança cooperativa e democrática. A CDS baseia-se no respeito da soberania e da não-intervenção. Os objectivos são consolidar a América do Sul como uma zona de paz, livre de armas nucleares e de destruição massiva. Para além disso, pretende construir uma identidade sul americana no que respeita à defesa. Visa a concertação regional em foruns multilaterais sobre a defesa, a adopção de mecanismos de gestão de crises, promover a cooperação na indústria de defesa e formação militar e dar resposta a desastres. (Sanahuja, 2012: 50).

Se no início a Colombia se opunha a criação deste Conselho, os revezes sofridos pelas FARC aquando da mediação brasileira contribuíram para desfazer a tensão entre os dois países vizinhos. A natureza do CDS está integrada nos ministros da Defesa dos estados membros da UNASUL, como órgão de diálogo político e cooperação em matéria de defesa, baseado num conceito integrado de segurança cooperativa e democrática. Como no caso da UNASUL o CDS baseia-se num respeito irrestrito da soberania, da não intervenção nos assuntos internos, a auto-determinação dos povos e a inviolabilidade da integridade regional do Estado (UNASUL, 2014).

A CDS tem oportunidade de fortalecer compromissos que garantam a região como uma zona de paz, o respeito pela integridade territorial dos estados, garantias de inviolabilidade da soberania territorial, aérea e marítima. Também visa prevenir intrusões em espaços de outros estados e evitar o uso da ameaça do uso da força. De

alguma forma, os seus princípios são um activo histórico da área e identidade sul americana.

A CDS pode cumprir uma função destacada na gestão de crises e também na prevenção de conflitos quando estes ocorrem. A UNASUL ganhou reconhecimento e visibilidade neste último ponto pela sua intervenção na crise bolivariana e na tensão entre Venezuela e Colômbia, capitalizando em práticas já utilizadas em crises anteriores pelo Grupo do Rio. A CDS trabalha neste momento a construção de confiança a partir do desenho de medidas que permitam o entendimento recíproco (Oliveira e Becard, 2010: 17).

A 21 de Fevereiro de 2014 foi aprovada a primeira Escola Sul-Americana de Defesa, com o fim de capacitar os civis e militares da região em matéria de segurança política e estratégia. Segundo o Ministério de Defesa do Equador, que deu um grande contributo ao projecto a recém-inaugurada entidade rege-se pelos princípios de pluralidade, flexibilidade e consenso. Pretende-se formar uma rede que vincule os recursos académicos existentes em cada um dos países membros.

Alberto Forti, director do Conselho de Defesa Sul Americano destacou o centro de formação em segurança e a sua importância no pensamento geoestratégico sul americano.

Na área da defesa, há muitas iniciativas no sentido de fazer com as forças armadas dos países da região possam trabalhar cada vez mais para melhorar a situação das populações e para protegê-las. Pensa-se em criar uma força única de combate a desastres naturais. A UNASUL vai trabalhar para que haja uma unidade específica a ocupar-se dessa matéria, para que cada vez que haja uma catástrofe natural não se tenha a sensação de começar do zero. São pontos que têm muito a ver com a melhoria da vida das pessoas e é algo que só pode ser feito no âmbito regional, na América do Sul. (Simões, 2008:7).

Na V Reunião dos Ministros de Defesa da UNASUL que se realizou no Suriname também se aprovou o Plano de Acção 2014 que se dedica a áreas como defesa, cooperação militar, acções humanitárias, operações de paz, medidas de fomento de confiança e de segurança. O Conselho de Defesa acordou em proteger os recursos naturais, reduzir a dependência tecnológica e em enfrentar possíveis ameaças.

3.6 CONSELHO DE SAÚDE SUL-AMERICANO

Muito países têm dado destaque à cooperação na saúde como parte dos esquemas de política externa. Cuba foi tida como um importante actor político no que reporta à diplomacia na saúde na esfera Sul-Sul. A cooperação exportou tecnologias inovadoras em biotecnologias e equipamento de saúde assim como recursos humanos (doutores e enfermeiras, na sua maior parte) disponíveis para sistemas de saúde com falta de profissionais bem treinados. Outro esquema em voga é a cooperação Norte-Sul-Sul na “triangulação”, em que os países desenvolvidos dão apoio a actores que promovem o tratamento de profissionais, o fortalecimento de instituições e a troca técnica entre os países do Sul. (Buss e Ferreira, 2010: 98).

No plano de saúde da agenda da UNASUL consta: desenvolver uma política sul americana para a vigilância e o controlo dos acontecimentos na área da saúde, anteriormente chamada de “Escudo Epidemiológico Sul-Americano”, desenvolver sistemas de saúde universais, promover o acesso universal a medicações e outras iniciativas na saúde para desenvolver um complexo de produção sul-americano. Para além disto, é necessário promover a saúde e abordar os determinantes sociais bem como desenvolver recursos humanos na área da saúde.

A realidade social e as condições de saúde na América do Sul legitimam esta agenda. Os países são muito desiguais em termos das condições económicas e de saúde. A Bolívia e Guiana têm a maior mortalidade de crianças com menos de cinco anos. A esperança média de vida ao nascer também varia grandemente: de 64/68

anos de idade na Bolívia, a 76/82 no Chile a 73/83 no Urugai. Também há grandes variações na população e nos rendimentos per capita: o Brasil e a Argentina têm 60% da população da UNASUL. Doenças crônicas e não comunicáveis são predominantes na América do Sul. Porém, doenças comunicáveis ainda persistem. É exemplo disso os casos de dengue, tuberculose e malária na região da Amazônia. Tem-se prestado mais atenção às doenças que podem ser combatidas pela imunização e os Ministros da Saúde procuram baixar as suas taxas de incidência. (Buss e Ferreira, 2010: 106).

Assim, a Agenda da Política Sul Americana para a prevenção e controlo da saúde visa standardizar toda a morbidade e índices de mortalidade na região para criar e fortalecer redes que tratem as doenças e controlem o seu desenvolvimento. Doenças não comunicáveis como condições cardíacas e neoplasias (tumores) não ficam de fora da agenda. O aspecto subregional da Agenda é completado com o desenvolvimento da “saúde em fronteiras” e a garantia da portabilidade, isto é, o acesso de não residentes a serviços de saúde e assistência médica.

A harmonização das políticas de saúde também estão entre as prioridades do grupo, o que implica o estabelecimento de parcerias público privadas a nível regional para mediar os resultados das políticas comuns. Mais do que um mero e exclusivo resultado de processos biológicos, a saúde é um produto social, o que exige o combate dos numerosos problemas neste foro numa escala global. A dimensão a que a UNASUL actua prende-se com os determinantes sociais subregionais e é uma continuação de experiências bem sucedidas nos actores intersectoriais, a operarem a nível nacional e regional (Buss e Ferreira, 2010: 107).

O Conselho de Saúde da UNASUL procura criar um escudo epidemológico da América do Sul. É um escudo de defesa das doenças, uma forma de cooperação entre os países de forma a que os países possam comprar em conjunto vacinas, uma vez que estas tornam-se mais baratas se assim acontecer. Para possibilitar que os técnicos de saúde pudessem ser mais bem treinados por isso, o Brasil numa iniciativa do Ministério da Saúde, criou no Rio de Janeiro uma escola para criar técnicos de

saúde. O objectivo era ter técnicos de todo o país e da região, em condições de operar, de forma equilibrada, esse chamado escudo epidemiológico”.

3.7 CONSELHO SUL-AMERICANO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL (CSDS)

O Conselho Sul-Americano de Desenvolvimento Social é uma instância de diálogo, coordenação, reflexão e cooperação sobre o desenvolvimento social e humano integral criado a 10 de Agosto de 2009 na cidade de Quito.

Este Conselho, também conhecido como UNASUL Social, visa contribuir para se estabelecerem as condições para o desenvolvimento de sociedades mais justas, participativas, solidárias e democráticas. Visa promover mecanismos de cooperação solidária em políticas sociais, combater os impactos da crise mundial com políticas de desenvolvimento e através de boas práticas, reduzir desigualdades. O objectivo é reduzir assimetrias e aprofundar o processo de integração, dinamizando a união efectiva dos povos sul-americanos. Para tal é necessário promover mecanismos de cooperação solidária em políticas sociais de maneira participativa e consensual, dirigidas ao processo de um desenvolvimento social integral. Promover programas de cooperação horizontal orientados ao fortalecimento de sistemas de protecção e promoção social com perspectiva de direito é outra das directrizes deste Conselho.

3.8 CONSELHO SUL AMERICANO DE EDUCAÇÃO

O Peru foi pelo segundo ano consecutivo a sede da reunião do Conselho Educativo da UNASUL. O Plano Operativo Quinquenal do Conselho Sul americano de Educação da UNASUL foi debatido em Lima nos dias 13 e 14 de Março. O evento liderado pelo Ministério de Educação do Peru teve como objectivo debater e concertar o Plano Operativo Quinquenal que terá o Conselho Sul Americano de

Educação para os próximos cinco anos bem como rever os avanços dos projectos que serão financiados pelo Fundo de Iniciativas Comuns do mencionado Conselho.

Este ano, o Peru continua com a Presidência Pro Tempore do Conselho Sul Americano de Educação (CSE) para o período 2013-2014, o qual representa uma grande oportunidade para que o país proponha temas de interesse nacional e lidere iniciativas para trabalhar na elaboração de políticas que sejam do interesse para o país.

3.9 NOÇÃO DE CIDADANIA E IDENTIDADE SUL-AMERICANA

A UNASUL surge como um organismo político, ultrapassando a esfera económica vigente até então. De facto, todos os tratados de integração e declarações anteriores à UNASUL (exceptuando a Declaração de Cuzco e Declaração de Cochabamba que estiveram na sua origem) estavam concentradas no prisma económico. O resgate de líderes independentistas do continente serviram de modelo para a construção de um futuro comum, que busca a convergência dos seus interesses políticos, económicos, sociais, culturais e de segurança. A UNASUL pretende ser uma união interna que mobilize os continentes. (Nafastaki, 2010: 98)

Reitira-se o momento que a América do Sul vive em detrimento do desenvolvimento do capitalismo financeiro. Ressalta-se a auto-determinação dos povos e a autonomia na estratégia de desenvolvimento de cada país. Venezuela e Brasil propõem-se aproveitar a integração regional como garantia da continuidade da institucionalidade dos seus governos. A UNASUL constitui um novo paradigma, do qual a economia é apenas mais um elemento e valoriza antes de mais a perspectiva política e humanista, em que cumpre um papel transcendente de importância crescente. (Nafastaki, 2010: 103).

A cooperação e a solidariedade continental fizeram-se sentir após o terramoto que devastou o Haiti em Fevereiro de 2010, considerada uma das maiores catástrofes a atingir o continente sul-americano. Em Agosto desse ano, os líderes da América do

Sul criaram a Secretária Técnica UNASUL- Haiti que reuniu um fundo de 100 milhões de dólares para a implementação de 144 projectos estabelecidos de acordo com as prioridades delineadas pelo governo do Haiti. Cerca de outros 77 projectos estão em vias de serem implementados.

Quando se fala do carácter único da UNASUL, é importante falar de identidade, que anda sempre ligada às transformações sociais e desenvolvimento humano.

Conceitos como identidade, cultura, sistemas de significação e poder estão inter-relacionados, por vezes no meio de lutas e tensão. A cultura é um campo de produção de significados para os diferentes grupos culturais que tentam impor a sua ideologia à sociedade mais ampla. É ao utilizar conceitos que lhes damos sentido, o que inclui um sentido de homogeneidade e de singularidade identitária. Wendt (2005, 337) defende que fazer parte de uma identidade social ou colectiva dá aos actores um interesse na preservação da sua cultura.

Para manter-se no tempo, a cultura depende de movimentos tradicionalistas, conteúdos falados e escritos como currículos escolares e a produção de uma narrativa ou discurso que a legitime, produza uma realidade e lhe dê forma. Wodak (1999) defende que não há uma identidade pura e unívoca mas sim aspectos híbridos de identidade ao nível individual e colectivo. (Freitas e Silveira, 2010:1-3).

Segundo Adler (2002) a linguagem funciona como um mecanismo de construção da realidade sendo veículo de difusão e institucionalização de ideias e gerando condições de persistência.

As identidades são necessárias nas políticas internacionais e na sociedade doméstica para assegurar um nível mínimo de previsibilidade e ordem. Um mundo sem identidades é um mundo de caos. As identidades desempenham três funções: dizem-nos a nós e aos outros quem somos e ao fazê-lo implicam um conjunto

particular de interesses ou preferências respectivamente às escolhas de acção em domínios particulares e com respeito aos seus respectivos actores.

O construtivismo concebe a política da identidade como um processo contínuo na busca do poder necessário para produzir significado no grupo social. Esta corrente teórica trata a identidade como uma questão empírica a ser teorizada no contexto histórico. Assume que todas as entidades e estados são uma variável que dependem no contexto histórico, cultural, político e social.

O construtivismo oferece a interpretação das políticas da identidade. Propõe uma maneira de compreender como o nacionalismo, raça, género, etnicidade, religião e sexualidade e outras comunidades compreendidas intersubjectivamente estão construídas, como as normas e práticas acompanham a sua reprodução e como se constroem como parte do programa de pesquisa construtivista (Ted Hopf 1971-200).

Há duzentos anos, os destinos da América Latina foram alvo de debate entre José Martí e Domingos Sarmiento. Ambos defendiam duas correntes de pensamento para racionalizar um projecto de inserção da região nos moldes da cultura política e social do século XIX. Falava-se da identidade continental sul-americana que podia seguir duas vias: a cariz ocidental apoiada no progresso e civilidade da Europa ou a da autonomia latino-americana. Esta última acercava-se nas suas crenças, tradições, valores e ideologias. Simon Bolívar inspirado pelos ideais de liberdade e democracia da Grécia Antiga pretendia a criação de uma confederação americana de estados preparada para agir de forma ofensiva e defensiva contra qualquer ameaça de domínio estrangeiro. (Galvão, 2008: 2).

A América Latina ganhou força como abstracção geográfica, pelo seu passado colonial e necessidade de superar o seu subdesenvolvimento caracterizado pelas fragmentações regionais, industrialização tardia e dependência face aos Estados Unidos. Ao mesmo tempo possui a complexidade de ser uma área de dimensões vastas, com culturas próprias e interesses específicos.

Forma-se uma configuração do sistema mundo, entre o centro e a periferia com a diferenciação entre duas Américas: a anglo-saxónica ligada à economia mundial e a outra latina com raízes ibéricas, na periferia deste modelo.

A contiguidade geográfica estimula a cooperação na área de infra-estrutura de integração com a noção de espaço sul-americano integrado a opor-se ao ideológico latino-americano. As fronteiras atenuam-se e deixa de haver elementos de separação e isolamento construindo-se um elo entre vizinhos.

Entender a noção de identidade indica sentir o peso da pertença a nível regional, captar de que parte do mosaico sul-americano cada país faz parte. As identificações regionais compõem a identidade regional que é caracterizada pela multidimensionalidade e pode ser desconstruída recorrendo a cinco elementos fundamentais: partilha de valores e ideias, definição de interesses regionais, montagem de uma grande estratégia regional, actuação pelo dualismo interno-internacional e não exclusão e tolerância. (Galvão, 2008:1).

Em primeiro lugar, não obstante os laços geográficos, a união natural depende da partilha de valores e ideias, como forma de enfrentar crises sistémicas, moldar a ordem global e consolidar a identidade sul-americana. O Brasil tem com a vizinhança uma agenda de temas, de oportunidades, aspirações e preocupações. Em segundo lugar dá-se a regionalização das políticas externas dos países sul-americanos, alicerçada na integração física pelo sector infra-estrutural (telecomunicações, energia e transportes) como ocorreu na Europa nas décadas de 1950 e 1960.

Em terceiro lugar conta-se a aproximação entre a Comunidade Andina e o MERCOSUL e o projecto da UNASUL no plano regional, o alinhamento nos grandes fóruns internacionais contra as barreiras protecionistas que restringem o acesso aos mercados dos países desenvolvidos e uma oposição às assimetrias que distorcem a economia globalizada.

Em quarto lugar, a identidade sul-americana tem em consideração a dinâmica dual da vida internacional e a relação entre o ambiente doméstico e o internacional. Para guiar o Brasil no seu relacionamento com os países vizinhos destaca-se a ajuda mútua e a responsabilidade mútua, consubstanciadas na solidariedade. Revela-se ser necessário haver companheirismo, sem tirar vantagens desnecessárias nem sufocar os países vizinhos. (Galvão, 2008:3)

A identidade sul-americana não exclui laços bilaterais ou multilaterais com os outros países da América Latina, do continente e do mundo; não exclui a pluralidade intrínseca à própria América do Sul e ao Brasil cuja identidade é também plural. Caberia à geografia inventar um sentimento regional baseado na idealização do território sul-americano, ancorando-o na natureza, cartografando as suas fronteiras e descrevendo as suas paisagens.

A identidade sul-americana emerge assim como uma identidade colectiva proveniente do florescimento de uma cultura política sul-americana, que dá significado ao poder, aos interesses dos actores e estrutura o sistema.

É função do Brasil perpetuar tradições na evolução do seu relacionamento com o resto do continente bem como reacção às novas imposições da ordem internacional do século XXI, na perspectiva de tornar a América do Sul uma referência para as gerações políticas e de diplomacia vindouras.

A construção da América do Sul atravessou um processo de reinvenção conceptual em três tempos e que teve a sua maturação entre 2000-2008. O objectivo era retificar as falhas no caminho da integração regional, construindo um conceito que se tornasse uma nova referência identitária para as suas sociedades, populações e grupos políticos internos.

A construção pela invenção da América do Sul ancorou os governos de Fernando Henrique Cardoso e Lula à força da tradição, constituindo-se em norte da inserção internacional brasileira na última década. O Brasil continua a ser americano,

latino-americano, ibero-americano e sul-americano e a restrição conceptual não se aplica às várias camadas identitárias do país. A diplomacia brasileira evolui segundo a contraposição de dois vectores: um utópico voltado para a transformação das relações sociais e outro mítico, regressivo, voltado para a perpetuação do *status quo* e da valorização do tradicional. Como tal, faz sentido caracterizar a política externa do Brasil como o reino da tradição inventada. (Galvão, 2008:1-20).

Os dados acima apresentados confirmam o meu argumento de que a UNASUL tem um leque alargado de preocupações que vão para além da esfera económica para se estenderem aos parâmetros políticos, sociais, culturais e humanos, firmando-se na noção de cidadania e identidade sul-americanas. Esta é uma originalidade da instituição que a distingue de todas as iniciativas anteriores de integração.

CAPITULO IV – RELAÇÕES INTERESTATAIS E EXTERIORES DA UNASUL

Por um lado, fala do surgimento de novos centros de poder sem que isso implique, a curto prazo, o declínio dos Estados Unidos como potência estratégica e económica. Por outro, aponta o ressurgimento («the rise of the rest», em um jogo de palavras que coloca em questão a hegemonia do Ocidente) de um multilateralismo complexo (Andrès Serbin, 2009: 5).

A integração sul-americana assume contornos regionais que superam a lógica sub-regional. Os esquemas de cooperação e integração na América Latina são actualmente como uma fortaleza para enfrentar em melhores condições os desafios da região. Durante muitos anos a América do Sul foi afectada pelos princípios do Conselho de Washington, sem dar uma oportunidade aos interesses dos seus agentes impulsores. A ênfase em dar prioridade aos vínculos comerciais, com um carácter neoliberal incidiu em benefícios captados por empresas transnacionais e alguns sectores dominantes dentro dos países de maior desenvolvimento relativo. A melhoria dos níveis de vida dos cidadãos não constituiu um dos objectivos centrais dos processos acima mencionados. (Figuerola, 2012: 197).

A região não conseguiu uma inserção dinâmica na economia mundial, pelo contrário, em muitos países prevaleceram modelos de especialização baseados na utilização intensiva de recursos naturais e de força de trabalho pouco qualificada, com baixos níveis de remuneração. Nela há baixos resultados de competitividade e avanços insuficientes no desenvolvimento humano, indicadores entre os quais existe uma relação biunívoca (Idem, 2012: 198).

O despertar da consciência regional e da construção da imagem referenciada da sul-americanidade são frutos de um lento processo histórico. Isto implica uma consciência da alteridade da América do Sul sobre o “eu” regional e o “outro” (África, Europa, Países Árabes”). A identidade sul-americana reveste-se de uma personalidade própria. (Galvão, 2008: 17).

A conjuntura internacional nos planos económico-financeiros e político está a passar por um período de indefinição, uma fragmentação típica às fases de transição. Os países da UNASUL reconfiguram-se num bloco multipolar onde se salientam países emergentes como o Brasil, China, Índia, África do Sul e Turquia. A polarização da globalização capitalista tende a reestruturar-se à volta de eixos regionais, liderados por cada um dos países emergentes e uma das antigas potências do capitalismo ocidental (EUA na América do Norte e Alemanha na Europa). A crise do capitalismo oceânico e a sua fragmentação reforçam a necessidade de encontrar um novo tipo de liderança mundial. (Leitão, 2011: 3).

A UNASUL enquanto organização está focada na consolidação e convergência dos diferentes processos de integração e regionalismo e tem o que será necessário para desenvolver uma relação de parceria global com a União Europeia (Coral, 2013: 1).

Os princípios da globalização liberal-capitalista são impostos aos países em desenvolvimento como o Brasil, Argentina e México, a nível interno, por facções burguesas, pelo Conselho de Washington, instituições financeiras internacionais (FMI) e doadores-credores. As consequências destes ajustamentos neo-liberais para a África e América Latina não têm sido vantajosas. (Leitão, 2011: 4).

No entanto, a integração sofre diversos obstáculos. Em primeiro lugar encontram-se as assimetrias existentes entre os doze países membros, um facto que precisa de ser constantemente discutido como é feito pela União Europeia e que na América do Sul nunca foi satisfatoriamente abordado pela MERCOSUL. Com a criação da UNASUL, esta abordagem temática revela-se urgente. Em segundo lugar, fala-se de disputas de ordem variada entre países que mostram discordar em relação a questões como espaço fronteiriço, prostituição, tráfico de drogas, armas e pessoas, gerando instabilidade e insegurança. Um dos exemplos recentes é o atrito entre a Venezuela e a Colômbia em torno das FARC. Em terceiro lugar discute-se o que se entende por democracia, se é definida pelo seu formato, pelas eleições ou pelos níveis de liberdade de mercado e de expressão. Apesar do Tratado Constitutivo da

UNASUL conter uma cláusula democrática, assinada sob insistência do Chile, ainda não há consenso sobre o que significa democracia. Não obstante todas as dificuldades que se desenham na região sul-americana, a insistência histórica da região em torno de experiências integracionistas apresenta-a como um caminho especial a ser seguido pelas suas nações. (Barnabé, 2011: 4).

A heterogeneidade do bloco sul-americano depende de múltiplos factores geográficos, socio-económicos, culturais, políticos, populacionais e linguísticos ainda não consolidados. Os países sul-americanos têm uma forte vocação integracionista bem visível na CAN, MERCOSUL, ALADI, UNASUL, ALBA, Aliança do Pacífico (AP) e CELAC (Comunidade dos Estados Latino-americanos e das Caraíbas). Em todas estas iniciativas, à excepção da UNASUL falta coesão estrutural, estratégias de desenvolvimento e opções de política exterior. (Coral, 2013:138)

A disposição geográfica latino-americana, com cinco idiomas diferentes, a falta de conexão entre os cidadãos e o pluralismo de culturas que convivem no território dificultam estabelecer uma identidade e estrutura sul-americana. De facto, a América do Sul de tradição inglesa, francesa e holandesa teve um papel marginal no desenvolvimento e relacionamento regional até à entrada em vigência da UNASUL. As assimetrias económicas existentes entre os países sul-americanos provocaram níveis de desenvolvimento diferentes como a relação do Brasil, potência global emergente, face ao Paraguai ou da Colômbia, potência industrial andina, em relação à Bolívia. (Coral, 2013: 138)

O novo regionalismo sul-americano começa a ter visibilidade mas tem no entanto caminho a percorrer para consolidar estruturas institucionais. Apresento de seguida as relações que a UNASUL estabelece com outros blocos de integração na América Latina e no mundo.

4.1 RELAÇÕES COM A OEA (ORGANIZAÇÃO DE ESTADOS AMERICANOS)

Actualmente discute-se se as relações entre a UNASUL e a OEA são de concorrência ou de complementaridade. A Cúpula da UNASUL em Santiago revelou o progressivo enfraquecimento na região da OEA, como organização encarregada de resolver pacificamente as disputas entre os países membros, por mecanismos *ad hoc* nas crises regionais. Esta cúpula foi levada a cabo por Michele Bachlet, presidente pro-tempore da UNASUL e teve também a presença do chileno José Miguel Insulza, secretário-geral da OEA. O seu objectivo era resolver a crise na Bolívia onde tinha havido um golpe de Estado. No entanto, ao invés de se decidir uma intervenção conjunta na Bolívia resolveram enviar uma missão exclusivamente da UNASUL, sem procurar coordenar-se com a OEA que já tinha forças no local. (Serbin, 2009: 12).

A OEA tem uma participação limitada de países sul-americanos que não desejam ver os Estados Unidos imiscuídos na resolução dos seus conflitos. A América do Sul tem decidido estimular mecanismos de prevenção e resolução de crises, na qual elegem a UNASUL em detrimento da OEA. A missão bem-sucedida da UNASUL na crise política da Bolívia coloca questões sobre a capacidade efectiva deste organismo de manutenção a médio e longo prazo.

A OEA foi eficaz no repúdio ao golpe de Estado nas Honduras e nas negociações para restituir o poder ao presidente deposto. Apesar de ser uma organização em que os EUA têm predominância, é um fórum político de relevo para discutir assuntos hemisféricos e está bem estabelecido na região tendo sido muito importante para consolidar a democracia regional, prevenir abusos e violações dos direitos humanos bem como controvérsias entre os Estados. Comparativamente, a UNASUL é uma organização muito jovem, de estrutura e mandato ainda em processo de definição e para ter funções vinculativas depende da aprovação parlamentar da maioria dos países membros. (Serbin, 2009: 14).

Para além de elementos políticos, nacionais e regionais a UNASUL enfrenta o desafio de se estruturar como organismo profissional e suficiente, capaz de cumprir uma complexa agenda regional ao mesmo tempo que se vivem incertezas económicas e crise financeira, que se reflete nos altos preços de commodities de países em crescimento económico.

Fundada em 1948, a OEA tem uma larga experiência a enfrentar crises e conflitos potenciais na América do Sul, em que a UNASUL poderá buscar inspiração para as suas intervenções e estrutura.

A tendência presidencialista é uma marca cultural política da região que gera inclinação para enfrentar as crises em regiões de cúpula. Há uma carência de políticas consistentes e sustentadas, de envolvimento de todos os actores políticos, de cidadania activa e legitimação democrática. Sem estes factores, a capacidade da UNASUL prever ou reagir a crises regionais fica comprometida. É muito importante para a UNASUL ganhar uma estrutura sólida. A consolidação da UNASUL e da liderança brasileira na região como parte do processo de afirmação da América do Sul enquanto potência mundial relevante enfrenta uma série de desafios políticos e institucionais. Para além da vontade política é necessário desenvolver-se um mecanismo regional complexo e uma estrutura institucional efectiva que possibilitem avançar na integração e estabilidade, convertendo a região numa referência no sistema internacional multipolar (Serbin, 2009: 16).

O objectivo da UNASUL é fazer convergir os processos de integração comercial que a MERCOSUL, Comunidade Andina, Chile, Suriname e Guiana buscaram separadamente.

A sociedade precisa de compreender a UNASUL e como esta faz parte da maturidade da região. Simões (2008: 271) diz-nos que à semelhança de um casal recém-casado, a região sul-americana precisa de ficar a sós para aprofundar o casamento de aprender e criar elementos novos de convivência entre eles. Não deixa

de ser relevante manter a harmonia com outros países de que se destaca a EUA, UE, Japão e China.

A integração sul-americana deve ser concebida como um projecto estratégico do Brasil e de seus vizinhos, com a missão de explorar as sinergias, oportunidades potenciais e a nível externo de fortalecer as possibilidades e peso político da região diante das questões mundiais num mundo multipolar. A integração na América do Sul deve ser primariamente concebida como um processo, a ser construída em fases sucessivas e a longo prazo. A sua fase inicial passa inevitavelmente por algumas dificuldades com o intuito de identificar os denominadores comuns que serão as fundações do edifício. Para haver integração na construção da América do Sul é preciso haver uma grande dose de pragmatismo e um exercício de quebra de um modelo passado para se constituir um novo, de transformação a longo prazo. (Simões, 2008: 272).

4.2 CRISE NAS HONDURAS

Um dos temas mais abordados na diplomacia latino-americana é a reintegração das Honduras na OEA. O país está suspenso da Organização desde que o Presidente Manuel Zelaya foi deposto em Junho de 2009. Inicialmente todos os membros da OEA reprovaram o golpe que é contra a Carta Democrática da OEA. Foram realizadas eleições vencidas por Porfírio Lobo, que o Brasil e a OEA não reconheceram. Espera-se que a punição termine uma vez que as Honduras são apoiadas pelos Estados Unidos e seis dos sete países que integram o SICA (Sistema de Integração Centro-americana). O Brasil tornou-se isolado na sua posição contrária a Porfírio Lobo e o novo governo das Honduras tomou posse. (Brigagão, 2011: 1-7).

As transformações geopolíticas e geoeconómicas que envolvem a República Popular da China e a América do Sul trazem como consequência a bifurcação do Consenso do Pacífico (CP), desdobramento ligado ao impacto diferente nos diferentes estados da sub-região.

A expansão chinesa é um dos maiores desafios para o processo de integração na América do Sul. A explosão do comércio com a China leva à especialização entre os países produtores de commodities e recursos energéticos e por outro o produtor de manufacturas da própria China. O CP tem implicações diferentes em países com níveis de desenvolvimento diferentes e as contradições desses impactos irão revelar-se á medida que a relação Norte-Sul se torne mais intensa.

4.3 A ALBA (ALIANÇA BOLIVARIANA PARA OS POVOS DA NOSSA AMÉRICA)

O futuro da ALBA depende de muitos factores: as condições internas de cada um dos países membros, as condições internacionais que enfrentam e o nível de extensão e profundidade que vão alcançando lentamente. A ALBA será tão forte quanto mais fortes forem os países que a integram. Está portanto dependente da pujança económica e das vontades políticas que se disponham a participar. Estes são factores que determinarão a sua sustentabilidade que também depende do que aconteça na República Bolivariana de Venezuela nas próximas eleições, da capacidade económica e política do governo para manter um regime de cooperação e das boas relações económicas mesmo com os países com menos capacidade. (Lorenzo, 2012: 207)

Para a ALBA cumprir os seus desígnios deve proceder-se a uma transformação cultural. Não é o capital que gera riqueza mas sim o trabalho do ser humano, do qual ele deveria ser o maior beneficiário. Dele dependerá o avanço do projecto e a possibilidade de converter-se num espaço sócio-económico e político integrado donde todos possam dar e receber, operando a várias velocidades, com uma negociação de intenções mais real e menos declarativa.

Para tal seria necessário buscar as complementaridades entre economias, actores e sociedades. Estando todos envolvidos nos propósitos e acções a integração deixa de ser um acordo intergovernamental para ser um acordo intersocietal. Há

muito por fazer para fortalecer as interdependências recíprocas e deixar atrás a sua dependência.

A América do Sul passou por muitas batalhas, pela sua liberdade do colonialismo e também para a sua independência política e económica. A batalha é agora pela saída do patamar de subdesenvolvimento e pela emancipação total. Estes propósitos são dos principais desafios dos projectos de integração regional em curso e nesse esforço, a ALBA é chamada a contribuir de forma decisiva. Lorenzo, 2012: 229).

4.4 RELAÇÕES COM O MERCOSUL

O MERCOSUL é capaz de conferir profundidade e consistência à integração regional através dos seus esforços para integrar as economias. Os longos períodos de negociação e adaptação económica ditaram uma certa paralisia deste organismo, sob o qual a UNASUL representa um caminho mais simples. De facto a falta de coordenação e industrial que já existia nos diálogos iniciais para a formação do bloco continua a ser um problema. Para além disso destacam-se fortes assimetrias entre as maiores economias e as menores. Há duas visões distintas dentro do UNASUL: os comercialistas e os desenvolvimentistas. Os primeiros buscavam no bloco apenas a expansão do mercado consumidor para as suas empresas nacionais. Os desenvolvimentistas procuravam um instrumento capaz de alavancar o seu desenvolvimento (Oliveira e Salgado, 2014: 12).

É importante reorganizar o MERCOSUL para ser o catalisador do desenvolvimento regional, com base no avanço recente da economia brasileira. Destruir os benefícios de forma equalitária, poderá ajudar o MERCOSUL a recuperar relevância na integração regional. UNASUL e MERCOSUL são organizações diferentes mas simultaneamente complementares.

Ao tomar posse no dia 1 de Janeiro de 2011, Dilma Rouseuff mencionou no seu discurso de posse no Congresso “Podemos transformar nossa região em componente essencial do mundo multipolar que se anuncia, dando consistência cada vez maior ao MERCOSUL e à UNASUL”.

O MERCOSUL é utilizado por países como o Brasil e a Argentina como eixo central das suas políticas externas. Esse eixo alarga-se no efeito chamado spillover, abrangendo áreas maiores como a UNASUL e instrumentos mais amplos.

A UNASUL e MERCOSUL têm funções específicas no processo de integração sul-americano. A UNASUL desempenha o seu papel na integração ao apoiar a criação de uma área de livre comércio na América do Sul, pela aproximação entre MERCOSUL e Comunidade Andina.

Para além do aspecto comercial, a UNASUL é um instrumento de diálogo e cooperação política, contribui para a construção de entendimentos entre os países e a formação de uma identidade política sul-americana. O MERCOSUL é um instrumento de intensificação das interdependências económicas na região, que se tornou mais amplo para abordar temas não económicos como a política e a cultura.

A UNASUL não compete com o MERCOSUL, cujo destino depende da capacidade dos seus países-membros de reinventar o bloco, de acordo com a evolução das relações internacionais e às mudanças internas nos países. São instituições complementares que pretendem colaborar para superar os vários entraves que ainda constroem o sucesso da integração sul-americano. (Oliveira e Salgado, 2014: 17-19).

4.5 CELAC (COMUNIDADE DE ESTADOS LATINO-AMERICANOS E DAS CARAÍBAS)

A presente década representou para a América Latina um período intenso, exigente e de muitos esforços em torno dos processos de cooperação, concertação e

integração regional, desde o ângulo teórico e de experimentação como do debate político. A estagnação e retrocessos em alguns esquemas sub-regionais, as modificações do mapa político da área e os impactos da crise internacional levaram pensadores e políticos a uma reanálise crítica, a que a arquitectura internacional não está isenta. (Figuerola, 2012: 177)

Apesar dos conflitos que enfrenta, a UNASUL pode converter-se num espaço intermédio interessante de concertação. Actualmente agrupam-se neste esquema governamental de clara orientação progressista, o que permite abrir espaços às aspirações de estratos da sociedade contrários a um capitalismo desmedido.

Por seu lado, a CELAC possui muitos pontos fortes: mais de 20 milhões de km quadrados de extensão territorial onde habitam 580 milhões de habitantes com grandes reservas nos seus mares comuns de matérias-primas, energéticas, terras aráveis, água potável e biodiversidade. É de considerar-se a conjuntura económica benigna a meio de uma séria crise internacional e que esta região com 8% do PIB mundial poderia consolidar-se como uma potência depois dos Estados Unidos e China. (Figuerola, 2012: 178).

O plano mais imediato é fazer com que a CELAC tente incidir para que cada esquema sub-regional realize esforços para ampliar os seus âmbitos de cooperação, reduzir limitações e aumentar o diálogo em torno dos conflitos latentes entre países sul-americanos. Para além disso, destaca-se reconsiderar as conversações com sócios extra-regionais que tenham ocupado um lugar preponderante nas suas relações externas. É importante intensificar o vínculo com actores que têm ganho peso para os interesses da América Latina como é o caso da Rússia, os países da Ásia- Pacífico e a China. Esta diversificação maior das relações externas não deve ser à custa de concessões que perturbem as aspirações mais legítimas da região sul-americana.

A CELAC tem capacidade para gerar sinergias positivas em direcção a outras regiões ou países e atrair alianças que possibilitem liderar posições conjuntas a favor dos seus interesses estratégicos. Nos temas políticos e de padrões energéticos podem

encontrar-se coincidências que se sobrepõem às discrepâncias. Em outras esferas é fácil identificar uma grande variedade de interesses comuns. (Figuerola, 2012: 177-206).

4.6 RELAÇÕES COM A UNIÃO EUROPEIA

O alcance estabelecido pela UE na associação de novos actores globais identifica a UNASUL como o processo regional ou de nova formação institucional com que deveria estabelecer-se relações em função da sua capacidade de representar a América do Sul enquanto bloco sub regional na etapa pós inter regionalismo. Os blocos requerem capacidade institucional e normativa para estabelecer relações como parte de uma política pública comum definida para matérias como relações exteriores, cooperação ou comércio que se encontram nos seus objectivos fundamentais.

A capacidade da UNASUL como processo regional estende-se desde duas perspectivas: a criação de uma estrutura funcional, de alcance, papel e objectivos definidos e a produção normativa como vínculo entre as instituições e os Estados membros. (Leví, 2013: 139).

A profundidade e efectividade da normativa jurídica contida nos Tratados reflectem-se na forma como se produz o direito nos processos regionais ao introduzir normas no Tratado Constitutivo (normas primárias) e criando um mecanismo capaz de produzir direito (normas secundárias). Debaixo da actual estrutura da UNASUL com os problemas mencionados sobre a sua capacidade institucional assim como as limitações de profundidade e efectividade normativa jurídica, não é possível estabelecer uma política exterior comum sem definir uma posição exterior concertada para os Estados. (Leví, 2013: 143)

A UNASUL demonstrou ser muito eficiente a estabelecer posições comuns na resolução de problemas internos de carácter político, o que motivou a aprovação de uma cláusula democrática com imposição de sanções aos membros que não

mantenham regimes democráticos, o que foi recentemente aplicado em 2012 no Paraguai, quando o Presidente Fernando Lugo foi destituído do seu cargo. (Leví, 2013: 144).

A relação entre a UE e a América do Sul tem vários caminhos para continuar. Existem muitos temas que devem ser considerados para que uma relação se desenvolva num contexto global, com uma história de mais de quinhentos anos em que os intercâmbios migratórios e comerciais permitiram a região conhecer-se apesar de nem sempre conseguirem chegar a um entendimento. (Leví: 147-148)

O novo regionalismo sul-americano começa a ganhar visibilidade mas ainda tem um longo caminho a percorrer para consolidar estruturas institucionais e normativas que lhe permitam ser eficaz. A UE nesta época de crise tem um interesse maior em aprofundar uma relação com o bloco sul-americano porque flexionou as suas posições de negociação em matéria política e de cooperação, tornando-se inclusiva para chegar a outros actores que têm tido uma participação marginal no diálogo mantido durante a associação estratégica biregional. O objectivo claro das relações sub-regionais UE- América do Sul é fortalecer os vínculos bilaterais com sócios estratégicos que jogam um papel importante no contexto sul-americano e global para não perder território e preferências frente ao avanço silencioso mas efectivo das potências asiáticas (Leví: 148).

Por seu turno, a UNASUL deve consolidar a sua posição como actor internacional em matéria de política exterior, para articular posições externas concertadas entre os seus Estados membros que permitam evoluir numa relação com a UE. (Leví, 2013: 145)

4.7 RELAÇÃO COM OS ESTADOS UNIDOS

Nos últimos anos a relação do Brasil com os EUA tem sido muito mais de discórdia do que cooperação, com uma incapacidade nítida de encontrar áreas de concerto. Por enquanto ambos os países parecem contentar-se em manter o chamado

status quo nas suas relações bilaterais, sem aumentar a intensidade da sua relação um com o outro, com agendas e objectivos comuns. (Hakim: 90)

As divergências entre o Brasil e os EUA estagnaram as negociações para a Área do Livre Comércio das Américas (ALCA). Em 2009, objecções do Brasil impediram um acordo militar entre os EUA e a Colômbia. EUA e Brasil não concordam ainda quanto à participação de Cuba nos assuntos hemisféricos e discordam quanto aos papéis adequados da Organização dos Estados Americanos (OEA) e a Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH). Para além disso, o Brasil é a favor do programa nuclear do Irão e contra as sanções da ONU. Também divergem em opiniões relativamente ao conflito Israel-Palestina e a Primavera Árabe.

Os governos têm acomodado diferentes pontos de vista e acalmado tensões. Washington procura o apoio do Brasil em problemas de complexa resolução como a destituição do presidente do Paraguai, Fernando Lugo pelo poder legislativo.

Apesar de nos discursos oficiais se referirem mutuamente como parceiros globais ou regionais, nenhum dos países tem aprofundado o desenvolvimento da relação. As relações têm a mesma frequência há mais de uma década e as diferenças estendem-se, como já vimos, a uma ampla gama de questões que impedem uma colaboração produtiva.

As relações revelam inércia, sem vontade política de avançar apesar de terem um vasto leque de interesses comuns. Em duas décadas, os Estados Unidos assinaram onze acordos de livre comércio na América Latina, mas o Brasil foi posto de parte. Em 2007, os dois países que produzem quase 90% do etanol mundial concordaram em trabalhar em conjunto para desenvolver novas tecnologias de produção e estabelecer mercados mundial para o combustível. No entanto, poucos progressos têm sido feitos. As questões do comércio agrícola, em que os dois são os maiores produtores agrícolas do mundo, apesar dos interesses comuns continuam a ser motivo de disputa. O Brasil e os EUA não têm conseguido trabalhar para diminuir as barreiras comerciais nos produtos alimentícios e a cooperação tem sido

escassa em áreas de interesse mútuo como controlo de armas e crime. (Hakim, 90-104)

4.8 RELAÇÕES COM O IRÃO

Em meados da década de 2000, várias nações latino-americanas têm estreitado as ligações com o Irão. A atitude desafiadora do Irão relativamente aos Estados Unidos é vista com aprovação por muitos países periféricos. Por seu lado a América Latina beneficia de uma simpatia global após o fim das ditaduras, a construção de paz na América Central e a consolidação da democracia nos países do Cone Sul por parte das suas instituições e povos. Historicamente, as relações da América Latina com o Irão eram quase inexistentes, com apenas alguns contactos e projectos. (Kourliandsky, 2013: 155).

Em 2000, o Irão participou na reunião da OPEP (Organização dos Países Exportadores de Petróleo) em Caracas com Chavez já no poder. A partir desse momento houve uma aproximação limitada, uma relação bilateral ainda pouco profunda. Em 2005 houve uma ascensão ao governo de dirigentes nacionalistas e de centro-esquerda na América do Sul e dá-se uma ampliação das relações América Latina- Irão. O novo presidente iraniano visita nove vezes a América Latina entre 2006 e 2013. Estas visitas foram devolvidas pelos presidentes desses países sul-americanos, por ministros e deputados. As relações tornam-se mais do que viagens e focam-se nas representações diplomáticas com o Irão a abrir embaixadas na Bolívia, Colômbia, Chile, Nicarágua, Equador e São Vicente e Granadina. A Bolívia inaugurou uma representação em Teerão e o Instituto de Estudos Políticos Internacionais Iranianos criou um departamento dedicado ao mundo hispânico, um deles especialmente dedicado à América Latina. Mecanismos como este facilitaram a assinatura de acordos e tratados. Em 2007, o Irão junta-se à ALBA, criada por iniciativa da Venezuela.

A Bolívia e o Irão instituíram um dispositivo de consultas políticas, com dezenas de acordos bilaterais e tratados de um amplo leque de cooperação entre a nação islâmica e alguns países da América Latina. Entre os acordos destaca-se o de armamento com a Bolívia e Venezuela, energia e petróleo com o Equador, finanças com a Bolívia, Cuba e Venezuela bem como investimentos na Bolívia, Nicarágua e Venezuela. Os fóruns e acordos começaram a produzir efeitos concretos no final da primeira década do milénio como instrumentos de facilitação de relações bilaterais e a abertura de uma linha aérea para unir Caracas, Damasco e Teerão.

A Argentina e Brasil não são dos países que assinaram mais tratados com o Irão mas são os que levaram a cabo mais operações de intercâmbios relativos. (Kourliandsky, 2013: 155-167).

4.9 RELAÇÃO COM O MÉXICO

O México, é a par do Panamá um país observador da UNASUL. Tem fortes vínculos aos Estados Unidos (faz parte da Nafta-Tratado Americano de Livre Comércio) e defende a ampliação de acordos bilaterais na América Latina, que iriam dificultar os avanços da integração. O México não participou nas primeiras reuniões que resultaram na criação da UNASUL. Pondera-se se os benefícios retirados pelos países da UNASUL, designados de jogos de soma positiva, não teriam uma abrangência maior se estendidos à América Central e portanto abrangendo toda a América Latina. (Peña, 2010: 37).

A percepção dos países da América Central em relação à UNASUL é influente e deve ser tida em consideração. Obstáculos à integração representada pela UNASUL incluem a heterogeneidade política da região sul-americana, eventuais discordâncias em torno do modelo de integração pretendido e o impacto do papel da liderança natural brasileira na América Latina. (Barnabé, 2011: 4)

No caso da MERCOSUL o desenho institucional supõe construir, a partir do acesso irrestrito aos respectivos mercados, uma união aduaneira com base num mercado comum. A finalidade política era consolidar o abandono do conflito e a aliança estratégica entre o Brasil e a Argentina. Pressupunha-se a paz, estabilidade política e democracia no subcontinente sul-americano. Graças ao trabalho conjunto dos países do Cone Sul, pensou-se estar em melhores condições para negociar com a Iniciativa das Américas (que em 1994 mudou o nome para ALCA) e com a Comunidade Europeia, países com os quais os estados membros da MERCOSUL têm fortes interesses comerciais, económicos e políticos. (Pena, 2010: 39).

O regionalismo dispersou-se e sofreu de forças centrífugas. Desde a segunda metade dos anos 90, a integração regional entrou em erosão por compromissos extra-regionais, sobretudo no comércio. A causa principal foram a proliferação de conversações comerciais de carácter bilateral, inter-regional, multilateral e plurilateral. Estes acordos estimularam o jogo multinível entre América Latina e os países da Ásia-Pacífico, Estados Unidos e a União Europeia. Houve ocasiões em que as agendas e compromissos extrarregionais se sobrepuseram, o que continua a existir e a tornar os compromissos contraditórios ou exclusivos. A débil coesão interna de cada um dos grupos de integração põe em perigo o processo de harmonização de regras entre estes. (Peña, 2010: 29).

Um factor adicional de crises na integração regional foi a proliferação dos acordos Norte-Sul. Estes acordos foram feitos pelos Estados Unidos após o fracasso da Área de Livre Comércio para as Américas (ALCA) e os chamados Acordos de Organização propostos pela União Europeia. (Pena, 2010: 30).

O governo de Lula adoptou uma estratégia diferente na política internacional, mais assertiva e revisionista que traçou divergências em relação aos países do Norte. A América do Sul ocupou um lugar prioritário nas acções externas do país e a construção da liderança brasileira na região fez sentir-se na dimensão política, de cooperação regional, desenvolvimento de infraestruturas, entre outros. A política externa brasileira relativamente à América do Sul no governo de Dilma Rousseff

desperta interesse na sociedade civil, incorporando um maior número de actores e temas que é valorizada pelos meios de comunicação. A ideia histórica da política exterior formulada burocraticamente dá lugar a acções de novos actores, mais aberta ao debate político. (Carmo, 2012: 301).

A integração é o resultado de um processo de construção de um espaço económico, político e social, que gera um sentimento de identidade, de compromisso e de pertença. Cada esquema de integração regional é a expressão do seu modelo e sistema económico nacional noutra dimensão espacial. A integração e a cooperação não podem por si só resolver os problemas de uma nação, cabe às sociedades empreender esse caminho. (Carmo, 2012: 305).

4.10 RELAÇÕES COM A CHINA

A China tem implicações geopolíticas na América do Sul. Segundo Javier Vadell o padrão de relacionamento Norte-Sul denominado Consenso do Pacífico (CP) tem características muito particulares. A curto prazo, a China vai estimular o crescimento da sub-região latino-americana mas trará implicações diferentes para os países com um sector industrial importante como o Brasil e a Argentina e aqueles que são menos industrializados, Chile e Peru, que também assinaram tratados de cooperação com este gigante asiático.

A América do Sul teve de 2002 a 2010 um crescimento económico de destaque, depois das reformas económicas liberais dos anos 90. No entanto, o programa político de desenvolvimento para a América Latina falhou em três pontos: nos índices de crescimento e indicadores sociais (consolidando a desigualdade social historicamente presente na região) e levaram ao colapso institucional e fiscal dos estados dos países da região que continuaram dependentes de organizações financeiras internacionais como o Fundo Monetário Internacional (FMI) e Banco Mundial. Em terceiro lugar, o fracasso manifesta-se no plano ideacional que se baseia na ideologia liberal à base de um modelo de desenvolvimento para a América Latina, o Consenso de Washington, que tinha o pressuposto de que seguindo esse

caminho, a América Latina iria aceder ao primeiro mundo rapidamente, nas asas do capitalismo triunfante da Guerra Fria. Estas esperanças iriam revelar-se utópicas. (Vadell: 57).

Em 2001 ocorreram mudanças políticas e económicas de destaque, como a grave crise na Argentina e os atentados terroristas de 11 de Setembro. Os EUA reconfiguram a sua política de segurança de superpotência. Nesse mesmo ano, a República Popular da China (RPC) ingressa na Organização Mundial do Comércio (OMC). Com os EUA a priorizar geopoliticamente a região do Médio Oriente e Rússia, para a América do Sul surge uma nova opção: a presença crescente da República Popular da China (RPC) no comércio internacional como importadora dos seus recursos naturais e energéticos.

A RPC enquanto potência mundial e actor de novas mudanças políticas e geoestratégicas no século XXI tem-se tornado um motor económico global. Estima-se que nos últimos vinte anos cresceu, em média, mais do que 9.5%. Destaca-se pela sua numerosa população, poder militar, crescente necessidade de recursos energéticos, arsenal nuclear e commodities.

O elevado crescimento económico da China está a transformar rapidamente a sua estrutura social e a criar condições para a sua expansão global, mudando o cenário geopolítico e económico do mundo.

A clássica visão de interdependência entre o actor estatal China e as potências ocidentais considerada vertical ou Norte-Sul está a ser posta em causa devido ao peso que a China tem tido sobretudo nas questões de economia internacional. A China está a consolidar-se como mais do que uma potência emergente: está a estabelecer-se como uma potência mundial. (Vadell: 57-75).

4.11 FÓRUM DO ARCO DO PACÍFICO LATINO-AMERICANO

O Fórum do Arco do Pacífico Latino-americano é um acordo que congrega estados

da América do Sul, América Central e México com interesses estritamente comerciais no Oceano Pacífico. A organização veio legitimar a política externa comercial de países como o Peru e o Chile e responder às fraquezas da CAN (Comunidade Andina das Nações). Para além disso contrapõe-se à proposta da Alba (Alternativa Bolivariana para as Américas) (Vadell: 20)

O Fapla responde às transformações económicas globais e ao papel de crescente importância da China e do Sudoeste asiático no comércio e nos investimentos regionais. As mudanças fortaleceram o regionalismo aberto e são um desafio para a liderança brasileira nos projectos de integração da América do Sul, seja MERCOSUL ou UNASUL.

O projecto de globalização não obedece mais apenas aos ditames dos Estados Unidos. A economia global está a modificar-se segundo um sistema multipolar, de onde a RCP se destaca nas novas potências regionais.

A China acelera a integração da economia global no seu modo e ritmo. Ocupa espaços importantes em instituições internacionais e não se apresenta como um poder contra-hegemónico ou revisionista. O gigante asiático traça uma nova geografia da economia política global e ocupa um papel central (não da economia global, posição que ainda pertence aos EUA) mas de uma rede global de conexões comerciais e financeiras que abrange diversas regiões, entre as quais a América do Sul.

O acordo inaugurativo da ARCO-FAPLA foi assinado por Peru, Colômbia, Costa Rica, Chile, Equador, El Salvador, Honduras, Nicarágua e México e é definido como “um processo de diálogo político e concertação em torno de temas de carácter económico e comercial”. O acordo frisa ainda a necessidade de formar vínculos e ampliar a cooperação com os países da Ásia Pacífico. O bloco do ARCO-FAPLA é também constituído por Bolívia e Cuba. (Vadell: 19).

O regionalismo aberto é um modelo de integração regional dominante na década de 1990, preconizado pela Comissão Económica para a América Latina e

Caraíbas (CEPAL). A integração era definida pela perspectiva de ser um cimento que favorecesse uma economia internacional mais aberta e transparente, eliminando obstáculos limitadores dos países da América Latina e das Caraíbas. Estes acordos de integração visavam abolir as barreiras aplicáveis à maior parte do comércio de bens e serviços entre os signatários, favorecendo a adesão de novos membros aos acordos. (Vadell: 17).

O regionalismo aberto pretende criar um espaço comercial numa região particular em consonância com o regime multilateral de comércio e que permita aos países membros assinarem acordos de livre-comércio individualmente.

Os esforços do regionalismo aberto entram em conflito com a estratégica de política externa brasileira do governo de Lula. No que diz respeito à RPC, Brasil e a Argentina que têm as duas economias maiores da sub-região, enfrentam uma realidade mais complexa. Na MERCOSUL os produtos chineses ameaçam a indústria argentina e brasileira que perde mercado no país vizinho, o que gera tensões entre parceiros regionais. Gera-se preocupações nas relações bilaterais face à impossibilidade de competir com os produtos chineses. O vínculo comercial baseia-se sobretudo numa relação de complementaridade. A RPC está a implementar programas de ajuda e de cooperação e não impõe condicionalidades políticas específicas de curto prazo.

O conflito de políticas que constituiu o Consenso do Pacífico transforma-o numa dimensão extremamente relevante para compreender os processos de integração sul-americana.

4.12 SISMOS NO CHILE

No primeiro quartel de 2014, o Chile foi afectado por sismos de alta magnitude, o que levou os países da UNASUL a convergirem numa relação de complementaridade e cooperação para gerir este tipo de problemas.

Entre os dias 8 a 10 de Abril de 2014 deu-se a I Reunião do Grupo de Trabalho de Alto Nível, para a gestão do risco de desastres na UNASUL, em Santiago do Chile. O objectivo do encontro era contribuir para a gestão integral do risco de desastres através da coordenação de políticas, estratégias, planos, promoção de actividades de prevenção e redução do risco, assistência humanitária, entre outros. Participaram na reunião autoridades e especialistas vinculados aos sistemas nacionais de gestão de riscos de desastres, defesa civil e protecção civil dos Estados Membros da UNASUL. A reunião tinha como objectivo chegar a um consenso de um plano de acção regional de coordenação efectiva e eficaz de gestão do risco de diferentes origens com a elaboração de um manual para a cooperação humanitária mútua para os países da região, que está a ser trabalhado pelos delegados dos estados membros deste organismo de integração regional.

4.13 AGENDA DE TRABALHOS NA COLÔMBIA

No dia 14 de Abril, a representante especial da Missão Eleitoral da UNASUL, Leila Rachid e os Delegados dos Países Membros que a acompanham cumpriram uma agenda de trabalhos em Bogotá, tendo em visto as eleições presidenciais a ter lugar no dia 25 de Maio deste ano. A missão estabeleceu contacto com os candidatos e representantes dos países políticos que vão participar nas eleições presidenciais como o Partido Aliança Verde, Pólo Democrático Alternativo (PDA) e União Patriótica (UP). O acompanhamento da missão eleitoral pela UNASUL é indispensável para garantir a transparência do processo eleitoral e fortalecer a democracia na Colômbia. O objectivo fundamental da missão foi recompilar informação e conhecer propostas e observações dos actores políticos, transpondo-as para os órgãos eleitorais no foro das suas competências. (UNASUL, 2014).

O Brasil é chamado a participar como um actor global relevante, com uma posição de responsabilidade e de liderança. A política externa brasileira baseia-se em três pilares: a democracia (transparência de interesses nacionais e novos actores nos negócios internacionais brasileiros), relação de interdependência com a globalização

(com consequências económicas para o país) e por fim, a integração regional que se inicia consubstancialmente com a MERCOSUL, com novos processos de integração física e por fim, com a UNASUL. O Brasil é comprometido com os princípios da ONU, no âmbito da promoção da paz e da segurança internacional, é contra a corrida às armas e a destruição em massa. Aderiu a todos os mecanismos e regimes, regionais e internacionais de não proliferação, que o consignaram como actor importante na dimensão da segurança internacional.

O Brasil tem uma história e cultura, pensamento e forma de ver o mundo muito *sui generis*. É mais do que um enorme território de língua portuguesa no meio de terras hispano-americanas. A sua obra político-diplomática, relativamente à América do Sul e aos Estados Unidos é de transformar fronteiras, tornando fontes de conflito em formas de cooperação. Estas relações que o Brasil estabelece com países contíguos são de convivência e de características amplas: comerciais, económicas mas também políticas e culturais. A construção estatal e redefinição da sociedade se antes se fazia lentamente agora responde a uma dinâmica veloz, com sucessos e fracassos, rumo ao mundo de que pretende fazer parte.

4.14 CRISE NA VENEZUELA

O secretário de Estado dos EUA, John Kerry apoiou a mediação da UNASUL na crise da Venezuela. “Actualmente, apoiamos muito os esforços de mediação destinados a conter a violência e a tentar alcançar um diálogo honesto” afirmou Kerry, num depoimento à Comissão de Assuntos Exteriores do Senado americano. No dia 8 de Abril deu-se uma reunião entre o governo e oposição para tentar uma negociação pacífica. Meses de protesto levaram já a 39 mortos, consequência dos desentendimentos entre o governo e a oposição.

A reunião foi organizada pela UNASUL para preparar um eventual diálogo entre o presidente da Venezuela Nicolás Maduro e uma delegação da coligação opositora Mesa da Unidade Democrática (MUD) (Revista Exame, 2014).

A reunião que teve lugar em Caracas visou dar continuidade ao processo iniciado pela Comissão de Ministros de Relações Exteriores dos países membros deste organismo regional, criando uma conferência nacional de paz. A Comissão foi integrada por Chefes de Estado do Brasil, Equador, Colômbia e Suriname. Baseou-se na Resolução 02/2014 adoptada em Santiago, Chile, que visa acompanhar e apoiar o diálogo político amplo e construtivo na Venezuela. A UNASUL reafirma assim a sua aderência à Conferência Nacional de Paz, condenando qualquer tentativa de ruptura da ordem constitucional (UNASUL, 2014).

A América do Sul mostra ter uma vocação integracionista com numerosas tentativas de integração: ALADI, CAN, MERCOSUL, ALBA e CELAC, entre outras. As relações estabelecidas com a União Europeia, Irão e China são complexas na medida em que avançam a ritmos distintos. O Brasil e a Argentina não conseguem competir com a indústria chinesa que tem vindo cada vez mais a ganhar terreno. As relações vantajosas para os países da UNASUL baseiam-se na complementariedade, sendo que são muitas vezes prejudicados por alianças unilaterais, bilaterais e plurilaterais traçadas pelos Estados Unidos da América.

A UNASUL mostra ter mais do que preocupações económicas e subdivide-se nos parâmetros da política, cultura, educação, sociedade, entre outros. Temos como exemplo disso a actuação durante a crise na Bolívia, a preparação para as eleições na Colômbia e a procura de soluções para a crise da Venezuela, onde através do diálogo pacífico se está a tentar chegar a um acordo que acabe com a onda de violência que tem assolado o país.

No dia 15 de Abril decorreu uma segunda reunião dos Ministros de Relações Exteriores da UNASUL com o governo venezuelano e a MUD que teve vários acordos em que se destaca a renúncia à violência, o respeito pela Constituição e a democracia na Venezuela.

Para além da condenação pública da violência por parte do governo venezuelano, a reunião incidu sobre a importância do diálogo como linguagem de política, a participação e as eleições de acordo com a Constituição venezuelana.

Os grupos aceitaram criar a Comissão Nacional da Verdade para analisar os eventos decorridos desde 23 de Janeiro. Está a trabalhar-se numa mesa legislativa, ampla e plural. Tratou-se ainda da designação dos poderes que estavam pendentes para eleger comités e magistrados adequados. A MUD aceitou participar parcialmente de uma forma mais comprometida nos planos de Pacificação, de Promoção da Segurança e nas Comissões Económicas, que se encontram na raiz das dificuldades venezuelanas. (UNASUL, 2014).

CONCLUSÃO

Historicamente quando se falava em integração regional, a demarcação destas regiões ou abrangia os países do Cone Sul, os da região Amazónica ou se referia a toda a América Latina incluindo os países caribenhos. É apenas no ano de 2000 com a I Reunião de Presidentes da América do Sul em Brasília que surge o conceito da América do Sul como região política. A sua realização resultou na determinação dos seus chefes de estado e da convicção que a contiguidade geográfica e a partilha de valores levavam à necessidade de uma agenda comum de oportunidades e desafios específicos que complementassem o seu tratamento em fóruns regionais e internacionais.

A UNASUL é distinta de outras das numerosas tentativas de integração sul-americanas porque vê a região do Cone Sul como um todo em que é preciso trabalhar: na aproximação física, na defesa, energia, cultura, infra-estruturas e educação. No sector político a cláusula democrática é uma maneira de garantir a libertação definitiva dos períodos de ditadura e assegurar democracias estáveis na região. No parâmetro económico o Banco do Sul é uma forma promissora de os povos sul-americanos terem um maior controlo financeiro dos seus rendimentos e benefícios, sem terem interferência estrangeira, nomeadamente dos Estados Unidos.

O Presidencialismo é uma característica marcante da UNASUL, que apesar de já ter existido nos outros blocos de integração regional, se vê posto à prova na UNASUL como foi o caso da crise na Bolívia e mais recentemente na complexa crise venezuelana.

O Brasil actua como um intermediário importantíssimo na região, carregando sobre os ombros uma hegemonia consensual que não assume abertamente, pelo signo de que todos os países da UNASUL tenham igual poder de decisão, estando a organização em equilíbrio. As disputas com a Argentina parecem ter ficado para trás e as experiências passadas tornam-se lições aprendidas para tornar a integração regional mais coerente, consistente e eficaz.

Para além da UNASUL, há várias organizações de integração regional sul-americana, que não são mutuamente exclusivas e antes podem ter relações de complementariedade e de co-existência. Avançando num bloco forte e sólido, a UNASUL tem mais hipóteses de a longo prazo vir a ser uma tentativa de integração bem-sucedida.

A UNASUL propõe-se ser um fórum de consertação política e um fórum de referência na gestão de crises regionais. Pela primeira vez na história a América do Sul está a resolver os seus problemas sem interferências externas, assumindo essa responsabilidade na íntegra. Um exemplo foi a Cúpula Extraordinária de Santiago em 2008 para por fim à crise política entre sectores da oposição e o governo da Bolívia, que colocava em risco a integridade do país.

A actuação dos Estados deste continente ou subcontinente assume vários formatos, dinâmicas particulares de cooperação internacional e os respectivos sentidos. O Brasil enquanto potência regional tem revelado um activismo quase militante em prol da integração regional, isto é, da autonomização desta região-continente, antes de tudo no concerto das Américas.

A UNASUL é composta por um Conselho de Chefes de Estado e de Governo, Conselho de Ministros de Relações Exteriores e um Conselho de Delegados. Pode ser entendida como uma evolução da CASA, que pretende ultrapassar o aspecto puramente comercial da integração e impulsionar os investimentos em transportes, comunicação, infra-estrutura, energia, educação, cultura, ciência, tecnologia e defesa. A UNASUL foi dotada de uma personalidade jurídica e de estrutura institucional. Pretende ser uma estrutura capaz de integrar e articular os diferentes blocos económicos e países existentes na América do Sul.

A UNASUL é a estrutura que busca ligar o MERCOSUL ao CAN sendo a espinha dorsal da integração sul-americana, o elemento de interlocução entre as sub-

regiões. A sua flexibilidade e compromisso com as diferentes capacidades dos Estados membros lançam dúvidas sobre o seu sucesso nestas funções.

Comprovei ao longo do meu trabalho que a UNASUL afirma-se regionalmente com especificidades próprias, incidindo numa panóplia diversa de questões como política, economia, sociedade, cultura, educação e saúde.

Concluo que a UNASUL dá ênfase ao aspecto de desenvolvimento social em detrimento do mero crescimento económico, ou seja o progresso humano é mais importante que ter lucros comerciais. Questões como a solidariedade regional, a erradicação da pobreza e a literacia têm maior importância que apenas um aumento do PIB. A distribuição de riqueza passa por um pressuposto de justiça e de consciência social, alicerçada em tradições e de uma história compartilhada entre os países membros da UNASUL. Este organismo inicia assim um novo paradigma nas Relações Internacionais na América do Sul. Pela primeira vez na história os países membros desta região do globo estão a tomar as suas próprias escolhas e a decidir o seu futuro, minimizando as interferências externas.

A UNASUL tem todo o potencial para crescer, é multifacetada e tem vários 12 Conselhos que comprovam isso mesmo e se dedicam à energia, saúde- infra-estruturas, ciência, tecnologia e inovação, entre outros.

Como tal, a UNASUL afirma-se como um organismo de integração que pretende fazer uma ponte entre esforços anteriores e sintetizar as tentativas de integração ainda existentes para tornar eventualmente a América Latina uma potência emergente a ter em conta neste século XXI.

A instância visa o desenvolvimento de políticas sociais eficazes nos países membros da UNASUL, a cooperação técnica entre eles e a erradicação da pobreza. A UNASUL tem-se ainda revelado um instrumento muito útil para a resolução de insurreições regionais de forma pacífica, de forma a fortalecer e proteger a

democracia na América do Sul. Pouco depois da sua criação foi chamada a intervir na crise separatista de Pando, na Bolívia, em 2008.

Em 2009, pela Decisão de Bariloche os estados membros da UNASUL comprometeram-se em estabelecer um mecanismo de confiança mútua nas questões de defesa e segurança, abster-se do uso da força e elaborar uma estratégia sul-americana de luta contra o tráfico ilícito de drogas. Neste quesito criou-se a Instituição do Registo Sul-Americano dos Gastos de Defesa e os Centros de Estudos Estratégicos em Defesa (CEED) em Buenos Aires.

Em 2010 a crise institucional no Equador e o golpe de Estados em Honduras puseram em cusa a manutenção da ordem democrática. No entanto, a acção da UNASUL foi rápida. Em Novembro desse ano os Chefes de Estado da UNASUL reuniram-se na Cúpula de Georgetown na Guiana e incorporaram um protocolo adicional ao Tratado Constitutivo do bloco sobre o compromisso com a democracia. Foram estabelecidas medidas concretas a serem tomadas pelos Estados Membros da UNASUL no caso de ruptura da ordem constitucional.

A iniciativa de integração regional no subcontinente sul americano têm em conta os esforços de integração já existentes como o MERCOSUL e a CAN e não pretende excluí-los mas sim agir como um complemento a estes. Os compromissos destas instâncias diferem em conteúdo e profundidade mas é possível que no futuro os compromissos da UNASUL se diversifiquem de uma maneira que venham a convergir com o MERCOSUL ou a CAN.

Com um foco mais humano a UNASUL remete-nos para o conceito de identidade, que está inerente ao de sociedade e cultura. As diferenças dos países que compõem a UNASUL esbatem-se quando se fala de uma história partilhada. A construção de uma identidade comum está dependente do mesmo trabalho e conversações que estiveram por detrás da criação da UNASUL. Para que os países se sintam imbricados um no outro, pertencentes a uma mesma pátria sul-americana é preciso uma acção em bloco firme que, à semelhança de um candeeiro com muitas

lâmpadas, consiga acender todas os sectores com a UNASUL se preocupa desde o começo da sua existência.

REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Bibliografia

- Adler, E., 2002. Constructivism and International Relations. In: *Handbook of International Relations*. s.l.:Sage Publications.
- Anon., 2005. *Atlas Universal America*. Barcelona: Editorial Sol 90, S.L..
- Anon., 2008. *Tratado Constitutivo da União das Nações Sul-Americanas*. Brasília: s.n.
- Barnabé, I. R., 2011. Unasul: desafios e importância política. *Mural Internacional*, Junho.
- Buss, P. M. & Ferreira, J. R., 2010. *Health diplomacy and South-South cooperation: the experiences of UNASUR Salud and CPLP's Strategic Plan for Cooperation in Health*. Rio de Janeiro, s.n., pp. 99-110.
- Cienfuegos, M., 2010. *Una región en construcción Unasur y la integración en América del Sur*. Barcelona: Fundacion CIDOB.
- Cochran, M. & Hurd, I., s.d. Constructivism, The Ethics of Constructivism. In: 2008, ed. *The Oxford Handbook of International Relations*. Nova Iorque: Oxford University Press.
- Coral, M. L., 2013. Unión Europea- América del Sur: la possible relación entre actores globales. *Después de Santiago: Integración regional y relaciones Unión Europea y América Latina*.
- Galvão, T. G., 2009. América do Sul: construção pela reinvenção (2000 – 2008). *Revista Brasileira de Política Internacional*, Julho/Dezembro.
- Hakim, P., 2012. Discordância interamericana: Brasil e Estados Unidos. In: I. T. M. Oliveira, ed. *Boletim de Economia e Política Internacional*. s.l.:ipea.
- Hopf, T., s.d. The new promise of constructivism in International Relations Theory. *International Security*.
- Leitão, A. R., 2011. Regionalismo e Integração na América do Sul, de hoje: veículo para um desenvolvimento equitativo e de promoção de uma governação ética da globalização. *XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais*, 7 a 10 Agosto.
- León, O., 2013. Recursos y desarrollo: Estrategias en la unión suramericana. *América Latina en movimiento*, Setembro.

- León, O., Araque, A. R. & Bruckmann, M., 2013. *Estrategias y participación*. Setembro: Alai.
- Nafalski, G. P. N., 2010. *Unasul: uma perspectiva política da integração sul-americana*, São Paulo: s.n.
- Oliveira, A. & Becard, D., 2010. *Comunidade de segurança na América do Sul? A Unasul*. Buenos Aires, s.n.
- Oliveira, A. & Salgado, R., 2014. *Modelos de integração na América do Sul: do Mercosul à Unasul*. s.l.:s.n.
- Riggirozzi, P., 2010. *Region, regioness and regionalism in latin america: Towards a new synthesis*. s.l., s.n.
- Serbín, A., 2009. A América do Sul em mundo multipolar. A Unasul é a alternativa?. *Revista Nueva Sociedad*, Dezembro.
- Serbin, A. & al, e., 2012. *El regionalismo pos-liberal en America Latina y el Caribe: Nuevos actores, nuevos temas, nuevos desafios*. Buenos Aires: s.n.
- Simões, J. A. F., 2008. *Unasul: A maturidade da América do Sul na construção de um mundo multipolar*. Fortaleza: s.n.
- Wendt, A., 1999. *Theory of International Politics*. Cambridge: Cambridge University Press.

Sites consultados :

<http://www.unasursg.org/> (13 de Agosto de 2014)

<http://ograndeportaldapolitica.smartencyclopedia.eu/index.php/unioes-economicas-politicas/conceito-de-supranacionalismo/conceito-de-supranacionalismo> (27 de Maio de 2014)

<http://dictionary.reference.com/browse/integration> (2 de Junho de 2014)

<http://confins.revues.org/8939?lang=pt> (4 de Junho de 2014)

